

II SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA

TRANSFORMAÇÕES NAS EXPRESSÕES ESPACIAIS DA DESIGUALDADE E DA
EXCLUSÃO EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO SOCIOPOLÍTICA ACELERADA

LIVRO DE RESUMOS



FICHA TÉCNICA

II Simpósio Ibero-Americano de Geografia e Segregação Sócio-Espacial Urbana. Livro de Resumos

Coordenação científica:

Jorge Malheiros

Revisão de textos:

Diogo Gaspar Silva

Paulo Miguel Madeira

Organização:

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa)

Editor: Centro de Estudos Geográficos (IGOT-ULisboa)

Grafismo e paginação:

Diogo Gaspar Silva

© Autores, Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa (CEG/IGOT-ULisboa)

ISBN:

978-972-636-325-5

DOI:

10.33787/CEG20260001

Formato:

Digital (PDF)

Janeiro de 2026

II Simpósio Ibero-Americano de Geografia e Segregação Sócio-Espacial Urbana

Organização:

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa)

Comissão Organizadora:

Adélia Verónica Silva, Alina Esteves, Carlos Hugo Soria Cáceres, Diogo Gaspar Silva, Gonzalo Andrés López, Igor Martins Medeiros Robaina, Jennifer McGarrigle, Jorge Malheiros, Juliana Chatti Iorio, Luís Mendes, Marina Gaboleiro Carreiras, Paulo Miguel Madeira, Rui Carvalho e Sara Larrabure

Comissão Científica:

Alina Esteves, Carlos Hugo Soria Cáceres, Carme Bellet Sanfeliu, Diogo Gaspar Silva, Doralice Sátyro Maia, Fátima Matos, Flávia da Fonseca Feitosa, Francisco Cebrián Abellán, Gonzalo Andrés Lopez, Igor Martins Medeiros Robaina, Jennifer McGarrigle, Jordi Bayona, Jorge Barbosa, Jorge Malheiros, Maria Lucinda Fonseca, Luís Mendes, Maria Encarnação Spósito, María Ángeles Rodríguez-Domenech, Pablo Pumares, Paulo Miguel Madeira e Rui Carvalho

Entidades organizadoras:



Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. no âmbito do apoio «Refª UID/00295/2025» DOI <https://doi.org/10.54499/UID/00295/2025>.



Linha Temática #1

Medir a segregação: progressos e tendências nos domínios qualitativo, quantitativo e geográfico

Coordenação: Carme Bellet Sanfeliú (Universitat de Lleida) e Flávia da Fonseca Feitosa (Universidade Federal do ABC)

Linha Temática #2

Segregação em cidades médias e não metropolitanas: desafios, impactos e singularidades

Coordenação: Doralice Sátyro Maia (Universidade Federal da Paraíba) e Francisco Cebrián-Abellán (Universidad de Castilla-La Mancha)

Linha Temática #3

Segregação e interseccionalidade: da classe e da nacionalidade/etnia à idade, género ou condição indígena

Coordenação: Fátima Matos (Universidade do Porto) e Pablo Pumares (Universidad de Almeria)

Linha Temática #4

Novas formas de segregação e fragmentação: espaços escolares, segregação vertical e microsegregação

Coordenação: Susana Maria Sassone (Instituto Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas) e Maria Lucinda Fonseca (CEG/IGOT – Universidade de Lisboa)

Linha Temática #5

Segregação residencial e efeito de bairro: tendências de financeirização, regeneração e gentrificação

Coordenação: Jordi Bayona (Universitat de Barcelona) e Maria Encarnação Spósito (Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente)

Linha Temática #6

Movimentos sociais urbanos, resistência e segregação: tensões, dilemas e articulações

Coordenação: Jorge Barbosa (Universidade Federal Fluminense) e Luís Mendes (CEG/IGOT – Universidade de Lisboa)

\ Índice

Linha temática #1: Medir a segregação: progressos e tendências nos domínios qualitativo, quantitativo e geográfico..... 1

Aplicação de uma matriz de indicadores à análise da segregação socioespacial na Praça de São Paulo, Lisboa.....	3
A segregação socioespacial na relação ferrovia-cidade: uma proposta metodológica.....	5
Segregación socioespacial y movilidad urbana: un estudio comparado en los Barrios de Armunia y Palomera-San Lorenzo en el área urbana de León (España)	7
Segregação individual nos espaços de atividade: evidências sobre as favelas da Região Metropolitana de São Paulo.....	9
Segregación residencial y vida cotidiana en las ciudades medias españolas: una mirada comparada a los barrios extremos en el área urbana de Burgos	11
O uso do SIG participativo na compreensão de Lisboa Invisíveis.....	13
Ferramentas para políticas de coesão: um indicador compósito de vulnerabilidade socioespacial para os municípios de Portugal.....	14
Da habitação ao habitat: dispositivos reguladores e seus efeitos na segregação socioespacial nos programas habitacionais no Brasil e em Portugal	16
Onde está a população brasileira em Portugal?.....	18

Linha temática #2: Segregação em cidades médias e não metropolitanas: desafios, impactos e singularidades..... 19

Cidades e migrações internacionais: desafios para a agenda urbana.....	20
Segregação urbana e o direito à cidade: reflexões sobre o espaço urbano de Uberlândia-MG	21
Funcionalidad territorial y disparidades internas en una ciudad media: el caso de Jaén (España)	23
Segregação socioespacial em cidades médias brasileiras.....	25
Movilidad cotidiana y uso del espacio urbano como manifestaciones de la desigualdad social en ciudades medias de España: Albacete.....	26
As favelas na beira dos trilhos: conformação de assentamentos precários e suas implicações socioespaciais em Caruaru-PE (2010–2024).....	27
Segregação socioespacial e vulnerabilidade ambiental nas margens do Rio Doce: desafios da reconstrução territorial pós-desastre em Governador Valadares (MG).....	29
La segregación residencial de la población extranjera en el área urbana de Cuenca: patrones de diferenciación socioespacial y “barrios extremos”	30

Segregación residencial de la población mayor en las ciudades medias del interior de España	32
Diversidad, exclusión y transformación urbana: dinámicas socioespaciales en el barrio de La Chanca-Pescadería (Almería, España)	33
Atitudes face à imigração em contexto(s): lições comparativas a partir de três comunidades piscatórias	35
Planejamento urbano desigual: diferenciação socioespacial entre os dois lados da linha férrea em Campina Grande – Paraíba, Brasil (1907–1980)	37
Geografia das emoções e vivências bissexuais em espaços de lazer de Ponta Grossa – Paraná, Brasil	39

Linha temática #3: Segregação e interseccionalidade: da classe e da nacionalidade/etnia à idade, género ou condição indígena..... 41

Segregação socioespacial e racismo ambiental na Região Metropolitana de Porto Alegre, Brasil	42
Mapas da exclusão: a segregação do migrante boliviano na cidade fronteiriça de Corumbá (MS)	44
Um bairro-casa numa cidade que nos esconde	46
Entre fronteiras e centros: a segregação espacial dos imigrantes na cidade de São Paulo	47
As cores da segregação socioespacial na Região Metropolitana do Recife	48
Espacialidade e controle dos corpos: Boa Vista e o abrigo oferecido à mobilidade humana indígena venezuelana	50
Espaço, necropoder e interseccionalidade: o suicídio de mulheres negras na formação socioespacial do Mato Grosso do Sul no período de 2003-2023	51
The “Calles Dignas” of race and resistance: the making invisible of urban Indigenous space in Puerto Barrios, Guatemala.....	53
Negotiating social mixing through commerce: middle-class imaginaries and urban policies in Paris and Lisbon.....	54
Segregação racial na Região Metropolitana de São Paulo: uma análise temporal e multiescalar	55
Género, idade e resistência em contexto de segregação urbana.....	56
População negra e segregação socioespacial: expressões da questão sócio-racial na produção do espaço urbano brasileiro.....	58

Linha temática #4: Novas formas de segregação e fragmentação: espaços escolares, segregação vertical e microssegregação..... 59

Segregação socioespacial e educação geográfica: a linguagem cartográfica como mediadora das leituras estudantis da cidade de Sobral (CE, Brasil)	60
Acesso universal à saúde em regiões de fronteira: o caso da maternidade Brasil-Bolívia e os desafios da inclusão de imigrantes	62
Mundos paralelos en la ciudad intermedia: segregación, estigma y movilidad en dos barrios de Lleida	64
Utopian versus dystopian 15-minute city: modelling elderly accessibility to pharmacies by integrating vertical mobility constraints and 3D network-based walkability in Lisbon.....	66
Segregación socioespacial y movilidad urbana en ciudades intermedias: un análisis comparativo de los barrios de Larache y La Granja (Ciudad Real, España).....	68
Gated communities and new urban boundaries: exploring religio-residential segregation and inequality in Lucknow City, India	70
Fragmentação socioespacial protagonizada por imigrantes: contributos analíticos e fatores explicativos	72
O “direito à cidade” cabe em um bar? (Re)discutindo espaço público e a função algorítmica da cidade a partir de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.....	73

Linha temática #5: Segregação residencial e efeito de bairro: tendências de financeirização, regeneração e gentrificação 75

Entre el virus y el estigma: la ciudad segregada en tiempos de crisis sanitaria.....	76
Residências universitárias na vanguarda da financeirização do espaço urbano e os novos fatores da estudantização.....	77
Uma análise da relação entre militarização e financeirização do espaço urbano e suas repercussões no processo de segregação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro.....	78
Residential segregation and the making of Muslim urban marginality in national capital of India – Delhi: persistence, representation, and spatial transformation.....	80
Turismo, segregação socioespacial e mudanças climáticas no litoral norte de São Paulo, Brasil	81
Fragmentação socioespacial e financeirização da habitação popular: o Programa Minha Casa, Minha Vida e a reconfiguração da segregação urbana no Brasil	83
O descompasso da política urbana sob a lente da questão habitacional: o centro histórico de Santos/SP na interlocução das políticas públicas.....	85
Cidades fragmentadas: entre a abolição do vernacular e a restituição da pluralidade epistêmica	86

O mercado de habitação português e as novas disparidades territoriais.....	88
(Re)produção e padrões de segregação socioespacial nas cidades brasileiras de Aracaju (SE) e Maceió (AL).....	89
Da estabilização à segregação pelo topo: evolução recente da segregação residencial em metrópoles e cidades médias portuguesas.....	91

Linha temática #6: Movimentos sociais urbanos, resistência e segregação: tensões,

dilemas e articulações..... 93

O centro histórico de Salvador: entre o tombamento e o silenciamento social.....	94
AUGI de novo tipo: segregação socioespacial e populismo.....	96
Territorialidades de esquerda em Rio Claro/SP: mobilização popular, luta pela cidadania e direito à cidade	97
Segregação, vulnerabilidade e justiça climática na Área Metropolitana de Lisboa: habitar entre riscos e insurgências.....	99
A segregação socioespacial LGBT no Largo do Arouche, São Paulo.....	101
Cartografia social aplicada nas comunidades deslocadas a partir da dinâmica turística em Maragogi, Alagoas-Brasil	102
Tecituras do invisível: planejamento fugitivo e estudos negros como experimentações críticas	103
Decolonizing the center: São Paulo's occupations as insurgent planning praxis.....	105
Resistência por vir: narrativas de terreiros como espaços segregados.....	106
O espaço como instrumento político: o papel dos movimentos sociais na construção do espaço urbano no Brasil.....	108
Reterritorialização no desastre provocado pela Braskem em Maceió-BR: contrastes no bairro do petrópolis enquanto um destino da população	109
Pixação contemporânea: hibridização e profanação das/nas cidades.....	111
Resistência da comunidade tradicional Samaúma (Amapá, Brasil) à segregação de sua identidade territorial e integração urbana.....	112
Participação, reivindicação e segregação urbana em Lisboa e São Paulo.....	114

Medir a segregação: progressos e tendências nos domínios qualitativo, quantitativo e geográfico

1

Coordenação:

Carme Bellet Sanfeliú (Universitat de Lleida)

Flávia da Fonseca Feitosa (Universidade Federal do ABC)





\\ LT1: Medir a segregação: progressos e tendências nos domínios qualitativo, quantitativo e geográfico

Aplicação de uma matriz de indicadores à análise da segregação socioespacial na Praça de São Paulo, Lisboa

Ana Cravinho*

DINÂMIA'CET – ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa

✉ argcd@iscte-iul.pt

Teresa Madeira da Silva

DINÂMIA'CET – ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa

* Autor correspondente

Resumo: Nas últimas duas décadas, as transformações do espaço urbano público em Lisboa evidenciam a intensificação de processos de segregação socioespacial, associados a dinâmicas de turistificação, gentrificação, mercadorização e privatização do espaço urbano, impulsionadas por políticas de requalificação orientadas para a atratividade e turismo. A segregação no espaço público, frequentemente invisibilizada pelas abordagens tradicionais de planeamento e avaliação urbana, manifesta-se através de mecanismos subtis de controlo, exclusão e seletividade territorial, que transformam o carácter coletivo e democrático do urbano. Face à necessidade de instrumentos capazes de analisar criticamente estas dinâmicas, desenvolveu-se uma matriz de indicadores qualitativos e quantitativos destinada à avaliação integrada das dimensões morfológica, funcional, ambiental e social do espaço urbano público. A matriz assenta numa base teórica interdisciplinar, que articula contributos da arquitetura, do urbanismo e da sociologia urbana, permitindo conjugar observação empírica, leitura morfológica e perceções dos utilizadores. A sua aplicação à praça de São Paulo, em Lisboa, baseou-se em observação participante, mapeamento de fluxos e de apropriações espaciais, entrevistas semi-diretivas e análise documental, cruzando dados espaciais e sociais para identificar padrões de apropriação, exclusão e regulação. Os resultados evidenciam que a segregação socioespacial no espaço urbano público, não se manifesta apenas por barreiras físicas, mas também através de mecanismos simbólicos e normativos de controlo, que condicionam o acesso, o uso e o tempo de permanência. Verificou-se ainda, uma redução da diversidade social e funcional do espaço, com prevalência para os usos comerciais e turísticos, em detrimento da convivência quotidiana e da apropriação local. A aplicação da matriz demonstrou a sua eficácia como instrumento analítico e crítico capaz de revelar desigualdades e tensões nas diversas formas de apropriação espacial, contribuindo para o desenvolvimento de metodologias .



de análise urbana mais integradas e para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis à dimensão social do espaço público.

Palavras-chave: seletividade urbana; espaço urbano público; indicadores urbanos; apropriação espacial; políticas públicas; dinâmicas territoriais.



\\ LT1: Medir a segregação: progressos e tendências nos domínios qualitativo, quantitativo e geográfico

A segregação socioespacial na relação ferrovia-cidade: uma proposta metodológica

Doralice Sátyro Maia*

Universidade Federal da Paraíba

✉ dsatyromaia@gmail.com

Luis Santos y Ganges

Universidad de Valladolid

* Autor correspondente

Resumo: A segregação socioespacial é tema de debate, não havendo um pensamento ou um conceito unívoco, o que não é uma exceção quando se trata de ideias e noções nas ciências humanas e sociais. No Brasil, o debate está posto há décadas, seja pela sociologia, seja pela geografia. Contudo, nos últimos vinte anos, a discussão é retomada em função do agravamento das desigualdades econômicas e sociais e de processos que a estes se somam, como a fragmentação socioespacial. A pesquisa “A linha que conduz também separa: Ferrovia e segregação socioespacial em cidades médias do Brasil e da Espanha” (CNPq 407.997/2023-3) vem trabalhando com tais noções, em especial com a segregação socioespacial, entendendo-a enquanto um processo que para além de apresentar desigualdades, provoca a separação entre espaços e/ou o isolamento de alguns. Certamente que para haver a segregação, não necessariamente é necessário um elemento físico, podendo ser forças não materializadas. No que se refere à pesquisa em desenvolvimento, tem-se um elemento técnico, a ferrovia, que demarca o espaço, separando-o em dois lados. Ao se analisar tal processo em diferentes realidades, inclusive em países com distintas formações socioespaciais, o maior desafio é o metodológico: como identificar, como avaliar, como verificar a segregação nos espaços investigados. Assim, optou-se por recursos metodológicos quantitativos e qualitativos. Para tal exposição, prioriza-se as análises feitas em realidades brasileiras, que se utiliza dos seguintes procedimentos: a observação sistemática em campo com uso de formulário de pesquisa; a identificação e análise espacial através de imagens de satélite; o registro da renda familiar dos setores censitários correspondentes aos espaços demarcados de um e do outro lado da vida-ferrea, fotografias feitas com drone e a representação cartográfica. A proposta é expor alguns dos resultados para fomentar o debate a respeito da metodologia para estudos sobre proce-



ssos de segregação socioespacial urbana.

Palavras-chave: Segregado socioespacial; ferrovia; recursos metodológicos.



\\ LT1: Medir a segregação: progressos e tendências nos domínios qualitativo, quantitativo e geográfico

Segregación socioespacial y movilidad urbana: un estudio comparado en los Barrios de Armunia y Palomera-San Lorenzo en el área urbana de León (España)

María Jesús González-González

Universidad de León

María-Eva Vallejo-Pascual*

Universidad de León

✉ eva.vallejo@unileon.es

Francisco Cebrián-Abellán

Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio, Universidad de Castilla-La Mancha

* Autor correspondiente

Resumo: Este estudio tiene como finalidad analizar la segregación socioespacial urbana a partir de los patrones de movilidad de los habitantes de dos barrios de la ciudad de León (España) con diferentes características sociodemográficas. La investigación se basa en los resultados obtenidos a partir de las entrevistas en profundidad realizadas a diecinueve personas, diez procedentes del barrio de Armunia y nueve procedentes del barrio de Palomera-San Lorenzo. A partir de un cuestionario común, se analizaron las respuestas relativas a otros espacios y lugares urbanos que los participantes frecuentan fuera de su entorno cotidiano, así como en sus percepciones sobre los barrios de la ciudad. Dado el tamaño reducido de la muestra, se aplicaron técnicas de análisis cualitativo y de visualización de datos ajustadas a estudios exploratorios, además del algoritmo CHAID (*Chi-squared Automatic Interaction Detection*). Los resultados muestran diferencias en los lugares frecuentados por los residentes de ambos barrios y las actividades que realizan, lo cual sugiere la existencia de circuitos urbanos diferenciados según el origen residencial. No obstante, no se observaron divergencias notables en la identificación de los barrios considerados “extremos”, pero sí en los motivos que sustentan esta percepción de la estructura socioespacial de la ciudad. Por tanto, el estudio contribuye a comprender cómo la segregación urbana se manifiesta no solo en términos residenciales, sino también en las prácticas de movilidad, acceso y uso del espacio urbano, y ofrece una base empírica para futuras investigaciones.



Palavras-chave: segregación socioespacial; barrios extremos; movilidad urbana; investigación cualitativa; algoritmo CHAID.



\\ LT1: Medir a segregação: progressos e tendências nos domínios qualitativo, quantitativo e geográfico

Segregação individual nos espaços de atividade: evidências sobre as favelas da Região Metropolitana de São Paulo

Lucas dos Santos Rocha

Universidade Federal do ABC

Flávia Seixas Lisboa

Universidade Federal do ABC

Flávia da Fonseca Feitosa*

Centro de Estudos da Favela, Universidade Federal do ABC

✉ flavia.feitosa@ufabc.edu.br

Joana Barros

School of Social Sciences, Birbeck, University of London

* Autor correspondente

9

Resumo: A segregação urbana, pelos prejuízos que acarreta, é um tema recorrente nas ciências sociais, embora frequentemente analisada sob uma perspectiva exclusivamente residencial. Este trabalho adota uma abordagem centrada no indivíduo, baseada na metodologia de Lisboa (2022), que considera os locais de atividade ao longo do dia e da noite. Utilizando o Índice Individual de Exposição/Isolamento e os microdados da Pesquisa Origem-Destino 2017 da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), analisa-se a segregação vivenciada por moradores de favelas, comparando seus padrões de exposição tanto entre indivíduos de uma mesma favela quanto entre as diferentes favelas da metrópole. Os resultados evidenciam que, em termos gerais, os moradores de favelas apresentam baixa exposição a indivíduos das classes mais ricas e alta concentração entre os mais pobres, revelando dinâmicas persistentes de isolamento social e econômico. Entretanto, ao comparar a exposição de residentes de favelas com a de outros indivíduos de baixa renda (não residentes em favelas), a diferença se mostrou mais sutil, sugerindo que a segregação não se distribui de forma homogênea entre os estratos populares. As análises também apontam variações significativas entre e dentro das favelas, incluindo diferenças de gênero e renda, o que evidencia a complexidade da segregação socioespacial. Esses achados indicam que as políticas públicas devem ir além da melhoria das habitações e infraestrutura interna das favelas, priorizando também a amplificação das conexões territoriais que favoreçam interações sociais e econômicas mais amplas. A distribuição espacial da exposição social reforça assim a necessidade de investimentos em trans-



porte, educação e trabalho que promovam a mobilidade social e reduzam as barreiras estruturais que perpetuam a desigualdade na RMSP.

Palavras-chave: Segregação individual; espaços de atividades; favelas; região metropolitana de São Paulo.



\\ LT1: Medir a segregação: progressos e tendências nos domínios qualitativo, quantitativo e geográfico

Segregación residencial y vida cotidiana en las ciudades medias españolas: una mirada comparada a los barrios extremos en el área urbana de Burgos

Igor Martins Medeiros Robaina*

Departamento de Historia, Geografía y Comunicación, Universidad de Burgos

✉ imartins@ubu.es

Gonzalo Andrés López

Departamento de Historia, Geografía y Comunicación, Universidad de Burgos

Carlos Hugo Soria Cáceres

Departamento de Historia, Geografía y Comunicación, Universidad de Burgos

* Autor correspondiente

Resumo: Este artículo presenta una investigación geográfica sobre la segregación residencial y la vida cotidiana de dos barrios extremos (renta alta y renta baja) de una ciudad media española: La Castellana y la Barriada Inmaculada, en la ciudad de Burgos. Con un diseño de métodos mixtos, se combinaron entrevistas en profundidad con 20 residentes de cada barrio y el registro de trayectorias diarias mediante dispositivos GPS durante siete días, procesados en QGIS e interpretados desde el prisma espacio-temporal de Hägerstrand. Este enfoque permitió articular el análisis cualitativo de las prácticas cotidianas (trabajo, cuidados, consumo y sociabilidad) con la dimensión cartográfica de las movilidades socioespaciales. Los resultados muestran contrastes relevantes: en la Barriada Inmaculada, barrio más desfavorecido, predomina la centralidad barrial y la dependencia de redes de proximidad, mientras que, en La Castellana, barrio más favorecido, se observa una movilidad interbarrial más amplia y un uso selectivo del centro urbano como espacio de distinción. En los modos de desplazamiento destaca el automóvil privado en La Castellana y el autobús en la Inmaculada, aunque caminar es significativo en ambos casos. No obstante, no existe exclusión en el acceso a la ciudad (ni por auto-segregación ni por segregación impuesta), aunque estas geografías cotidianas se materializan de manera desigual en intensidad, frecuencia y significados. El estudio concluye que la segregación socioespacial en ciudades medias se reproduce mediante prácticas diferenciadas, rutinas temporales y códigos simbólicos. Los mé-



todos mixtos y el análisis del contexto de las ciudades medias revelan nuevas dimensiones para comprender la segregación urbana, al evidenciar no solo indicadores cuantitativos, sino también las motivaciones y significados que sustentan dichas prácticas y movilidades.

Palavras-chave: segregación socioespacial; vida cotidiana; métodos mixtos; barrios extremos; ciudades medias.



\\ LT1: Medir a segregação: progressos e tendências nos domínios qualitativo, quantitativo e geográfico

O uso do SIG participativo na compreensão de Lisboa Invisíveis

Raphael Corrêa*

¹ NOVA Information Management School – NOVA IMS

✉ raphaelcorrea2002@gmail.com

* Autor correspondente

Resumo: Propõe-se um protocolo metodológico para medir e mapear como diferentes perfis sociais percebem a paisagem urbana de Lisboa e como essas percepções se relacionam com processos de segregação e gentrificação. Busca-se, através de um SIG colaborativo, reconhecer as diferentes Lisboas que existem quando falamos em temas complexos e propor uma maior compreensão das diferentes tendências de percepção por grupos sociais, o que pode auxiliar a lidar com problemáticas sociais emergentes e dar luz a perspectivas invisibilizadas. A recolha é feita por um web app onde os participantes selecionam entidades espaciais a partir do OpenStreetMap, organizadas por tema (por exemplo, gentrificação, identidade histórica/sentimento de pertencimento, centralidades do quotidiano). Em paralelo, recolhem-se variáveis sociais (faixa etária, género, nacionalidade, etnia, escolaridade, rendimento, tempo de residência em Lisboa, laços de trabalho/estudo, uso de transporte, entre outras), sem impor categorizações a priori. A análise combina estatística espacial (para avaliar padrões de concentração/dispersão e o grau de homogeneidade das escolhas no território) com segmentação por perfis compostos (cruzando variáveis sociais entre si). Pretende-se ir além de tendências por variável isolada: além de identificar preferências médias de uma variável X e de outra Y, o objetivo é detetar perfis articulados que expressem padrões próprios por tema (um possível grupo que articule ambas e apresente uma coesão XY, por exemplo). O output inclui mapas comparáveis de preferências temáticas e diferenças relativas entre perfis, permitindo localizar áreas de consenso e desacordo e discutir a sua relação com dinâmicas urbanas. Tratando-se de um projeto em desenvolvimento, o foco não será a apresentação de resultados, mas sim da construção do SIG participativo.

Palavras-chave: SIG participativo; paisagem urbana; estudos urbanos; percepções invisibilizadas; Lisboa.



\\ LT1: Medir a segregação: progressos e tendências nos domínios qualitativo, quantitativo e geográfico

Ferramentas para políticas de coesão: um indicador composto de vulnerabilidade socioespacial para os municípios de Portugal

Pietro Meirelles Brites*

CiTUA – Universidade de Lisboa, Instituto Superior Técnico

✉ Pietrombrites@hotmail.com

Guilherme Mendes Vara

CiTUA – Universidade de Lisboa, Instituto Superior Técnico

* Autor correspondente

Resumo: A medição da segregação socioespacial exige abordagens que ultrapassem a análise monofatorial e avancem para uma compreensão geográfica multidimensional. Este trabalho apresenta o desenvolvimento de um indicador composto de vulnerabilidade socioespacial aplicado aos municípios de Portugal. O objetivo é construir uma ferramenta de apoio à decisão que permita identificar e hierarquizar os territórios com maior nível de gravidade nas suas condições estruturais de segregação. A metodologia baseia-se na agregação de um vasto conjunto de indicadores (PORDATA, INE), agrupados em três dimensões principais. A dimensão Socio-demográfica, que capta a estrutura populacional e as suas dinâmicas. A dimensão socioeconómica, que reflete as condições materiais e a estabilidade económica dos territórios. E por último, a dimensão socioterritorial, que caracteriza as condições espaciais e funcionais dos municípios. Como contributo metodológico, o indicador procura colmatar lacunas tradicionais e oferecer uma visão mais abrangente dos múltiplos problemas associados à vulnerabilidade socioespacial. Ao integrar um conjunto diversificado de variáveis, pretende-se alargar a discussão e proporcionar uma leitura mais completa das diferentes dimensões que moldam a segregação no território. O resultado esperado é a produção de um diagnóstico geográfico da segregação em Portugal, disponibilizando uma ferramenta que apoie a definição e orientação de políticas públicas territoriais. Esta abordagem permitirá caracterizar os municípios de acordo com o seu nível de vulnerabilidade e identificar prioridades de intervenção de forma objetiva e comparável.



II Simposio
Ibero-Americano
de Segregação Socioespacial
Urbana

Palavras-chave: vulnerabilidade municipal; segregação socioespacial; indicador composto; desigualdades territoriais, coesão territorial.



\\ LT1: Medir a segregação: progressos e tendências nos domínios qualitativo, quantitativo e geográfico

Da habitação ao habitat: dispositivos reguladores e seus efeitos na segregação socioespacial nos programas habitacionais no Brasil e em Portugal

Andréa Arruda*

Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa

✉ afarruda@gmail.com

* Autor correspondente

Resumo: Nos debates sobre a habitação são recorrentes preocupações com os processos de segregação e diferenciação socioespacial, reforçados por meio de programas de provisão habitacional e de realojamento. Historicamente, conjuntos habitacionais e bairros sociais destinados a populações de baixos rendimentos tensionaram a estrutura urbano-social, seja por reproduzirem certa padronagem habitacional, ou impulsionarem novas frentes de expansão periférica, correlacionando desvantagens locais e dificuldades de acesso às oportunidades. A segregação socioespacial resulta dos modos de produção da casa/cidade, dos padrões periféricos de implantação e da baixa qualidade construtiva dos fogos/unidades. Este resumo inicia uma análise comparada da evolução dos dispositivos jurídicos que orientam os programas habitacionais nos contextos brasileiro e português, com atenção especial às reconfigurações recentes. No Brasil, observam-se as condicionantes dos Programas de Arrendamento Residencial (PAR) e Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para compreender a evolução dos parâmetros urbanísticos. Destacam-se as mudanças qualitativas introduzidas na retomada do PMCMV, com ênfase na integração urbana, localização adequada em relação aos equipamentos, diversidade tipológica e dimensionamento dos conjuntos. No contexto português, são retomados os enquadramentos do Programa Especial de Realojamento (PER) e as atualizações promovidas pela Lei de Bases da Habitação e pela Nova Geração de Políticas de Habitação, que inclui o Programa 1.º Direito. Destacam-se nestes dispositivos a ampliação da noção de habitação para a de habitat, bem como a incorporação de temas como integração urbana, reabilitação, direito ao lugar e a permanência. Pretende-se, assim, refletir sobre os avanços jurídico-normativos nos dois contextos, evidenciando a evolução dos parâmetros urbanísticos como estruturadores dos programas habitacionais recentes. A incorporação de princípios como a função social da propriedade, integração territorial e sustentabilidade é compreendida como estratégia para superação das desi-



gualdades socioespaciais, resultando, inclusive, na ampliação e valorização de temas como regularização fundiária, reabilitação e melhoria urbana e habitacional como mecanismos de efetivação do direito à habitação.

Palavras-chave: segregação socioespacial; programas habitacionais; contextos Brasil-Portugal; função social da propriedade; integração territorial.



\\ LT1: Medir a segregação: progressos e tendências nos domínios qualitativo, quantitativo e geográfico

Onde está a população brasileira em Portugal?

Romerito Valeriano*

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais / Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa
✉ romerito@cefetmg.br

Jorge Malheiros

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa

Duval Fernandes

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

* Autor correspondente

Resumo: A população brasileira tem-se consolidado como a maior entre os estrangeiros em Portugal, com um aumento significativo na última década. De maneira a responder à pergunta sobre onde estão os brasileiros, este trabalho compara a distribuição espacial da população brasileira de acordo com os censos portugueses de 2011 e 2021. Para tanto foram usadas as informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatísticas de Portugal (INE), que foram analisadas à luz das teorias sobre migração internacional. Assim, foram realizadas análises estatísticas descritivas e geoespaciais, de forma a perceber se houve alteração significativa na distribuição dos brasileiros pelos concelhos portugueses nos dois períodos. Os dados foram mapeados com o uso do *software* QGIS para facilitar a interpretação. Os resultados indicam um aumento da população brasileira em algumas partes do interior do país, com uma diminuição no ritmo de crescimento dessa população na capital, Lisboa. Além disso, foi possível identificar uma correlação negativa entre a variação do número de brasileiros e o valor do aluguel nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. A análise dos dados oferece informações que podem contribuir para estudos sobre os brasileiros em Portugal.

Palavras-chave: Imigração; brasileiros; Portugal; censos 2011 e 2021.

Segregação em cidades médias e não metropolitanas: desafios, impactos e singularidades

2

Coordenação:

Doralice Sátyro Maia (Universidade Federal da Paraíba)

Francisco Cebrián-Abellán (Universidad de Castilla-La Mancha)





\\ LT2: Segregação em cidades médias e não metropolitanas: desafios, impactos e singularidades

Cidades e migrações internacionais: desafios para a agenda urbana

Rosana Baeninger*

Universidade Estadual de Campinas

✉ baeninger@nepo.unicamp.br

* Autor correspondente

Resumo: A reestruturação produtiva, associada no Brasil ao processo de desindustrialização e de reprimarização de sua economia, provocou transformações na estrutura regional e na hierarquia urbana do país, com impactos sobre a redistribuição espacial da população, incluindo as migrações internacionais do século XXI. Alterou-se, com isso, a própria forma de articulação entre migração internacional e a questão urbana, com o crescimento do número de imigrantes internacionais em cidades pequenas e médias do Brasil. A maior integração destes municípios em cadeias globais de valor, principalmente do agronegócio, transformou, por sua vez, o próprio perfil do imigrante e fez surgir, por consequência, novas tensões sociais, novas contradições da inserção laboral e novos desafios à gestão pública nestes municípios, anteriormente não impactados diretamente pelo fenômeno das migrações internacionais. Os processos acima desvelam distintas vulnerabilidades específicas dos imigrantes, relacionadas ao trabalho, à documentação, ao acesso à saúde e à educação, reforçando a migração como fato social total e exigindo análises acuradas sobre a presença de imigrantes internacionais nas cidades brasileiras. Análises voltadas à compreensão das especificidades da modalidade das migrações Sul-Sul nas cidades brasileiras - defrontadas com o fenômeno dos “periféricos na periferia” – resultam em espaços migratórios segregados e marcados pela vulnerabilidade dessa população migrante: não branca, empobrecida e oriunda de países da periferia do capital. No escopo destas presenças transnacionais, os imigrantes transformam mais visivelmente a paisagem urbana, constituindo-se enquanto sujeitos dinâmicos da produção social do espaço urbano. Este trabalho objetiva analisar os novos arranjos espaciais e a presença de imigrantes internacionais em um contexto de crescentes desigualdades socioespaciais no Brasil.

Palavras-chave: migração internacional; cidades; questão urbana.



\\ LT2: Segregação em cidades médias e não metropolitanas: desafios, impactos e singularidades

Segregação urbana e o direito à cidade: reflexões sobre o espaço urbano de Uberlândia-MG

Luara Martins de Oliva Santos*

Universidade Federal de Uberlândia

✉ luaramartinsoliva@gmail.com

Vitor Ribeiro Filho

Universidade Federal de Uberlândia

* Autor correspondente

Resumo: A segregação socioespacial reflete as desigualdades sociais nas cidades brasileiras expressas pela falta de acesso a serviços públicos, pela negação do direito à cidade e pela espoliação urbana vivida por grande parte da população. O processo de urbanização no Brasil, intensificado a partir da industrialização do século XX, gerou tanto crescimento econômico quanto a ampliação de problemas urbanos, sobretudo para as classes trabalhadoras. A separação territorial entre grupos sociais tornou-se uma característica marcante não apenas das metrópoles, mas também das cidades médias, que passaram a reproduzir dinâmicas de fragmentação espacial e exclusão. Neste contexto, o presente trabalho tem por intuito analisar como a segregação socioespacial se manifesta na cidade de Uberlândia (MG) e quais são seus principais efeitos. Trata-se de uma cidade média em processo de transição para um grande centro urbano com mais de 700 mil habitantes (713.224, segundo o Censo Demográfico de 2022), que atualmente vivencia processos simultâneos de expansão urbana no setor sul (Bairro Gávea) e reestruturação territorial no setor leste (Bairro Tibery), impulsionados pela atuação de agentes imobiliários locais, como o Grupo ARCOM (Armazém do Comércio). Alguns instrumentos de planejamento urbano – como o Plano Diretor, as leis de uso e ocupação do solo e a lei de zoneamento – têm potencial para reduzir desigualdades e orientar o crescimento urbano. No entanto, a aplicação limitada e seletiva desses marcos regulatórios frequentemente favorece a valorização imobiliária e reforça a segregação urbana. Assim, a investigação proposta possibilitará entender como as ações dos diferentes agentes produtores do espaço se articulam e influenciam o processo de segregação socioespacial em Uberlândia, e discutir os desafios para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva.



Palavras-chave: segregação socioespacial; cidades médias; urbanização; Uberlândia.

A produção deste trabalho foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).



\\ LT2: Segregação em cidades médias e não metropolitanas: desafios, impactos e singularidades

Funcionalidad territorial y disparidades internas en una ciudad media: el caso de Jaén (España)

Noelia Ruiz Moya*

Departamento de Antropología, Geografía e Historia, Universidad de Jaén

✉ nrmoya@ujaen.es

Luis Miguel Sánchez Escolano

Departamento de Geografía Humana, Universidad de Granada

* Autor correspondiente

Resumo: Jaén, ciudad media en la escala nacional española y capital de la provincia homónima, conforma un ejemplo de proyecto urbano lleno de matices y desafíos para el análisis científico. Su función urbana, especializada en la prestación de servicios en el marco del Alto Guadalquivir, muestra evidentes signos de estancamiento y ausencia de proyectos motores que revaloricen su papel territorial. Pero esta ausencia de crecimiento demográfico o económico no ha significado ausencia de transformaciones internas: se han registrado significativos cambios morfológicos, espaciales o sociales en la ciudad, modificando el sentido de su proyecto urbano y obligando por ello a las instituciones a reconsiderar sus modelos de gestión territorial. Las nuevas lógicas de ocupación espacial, los procesos de especialización e intensificación productiva, la colonización de los bordes urbanos o el crecimiento hacia zonas con condiciones climáticas más confortables, han ocasionado nuevas dinámicas y procesos urbanos, lo que ha desembocado en la aparición de imprevistos desequilibrios territoriales. Esta aportación pretende analizar las desigualdades espaciales presentes en los asentamientos urbanos situados en el interior del término municipal de Jaén, identificando patrones territoriales marcados por la vulnerabilidad espacial y la segregación de la población. Para ello, se han construido diversos índices sociales, económicos o urbanísticos a partir de la explotación estadística del Censo de Población y Vivienda (2021) y del Catastro de urbana (2024). A partir de estas fuentes, hemos obtenido el perfil socioeconómico de la ciudad (características demográficas, ocupación, alfabetización, renta media por persona) así como su diagnóstico espacial (densidad residencial, valor catastral, parque inmobiliario, funcionalidad o antigüedad). Con todo ello, se ha generado un clúster específico con el que identificar, representar y cartografiar los desequilibrios urbanos que están generando desigualda-



des sociales en la urbe giennense. Finalmente, se concluye reflexionando sobre la necesidad de generar nuevos enfoques, métodos y herramientas de planificación y gestión territorial que respondan a los desafíos identificados.

Palavras-chave: planificación, desequilibrios territoriales; capitalidad, vulnerabilidad, Andalucía.



Segregação socioespacial em cidades médias brasileiras

Diego Ferretto*

Universidade de São Paulo

✉ diegoferretto@alumni.usp.br

* Autor correspondente

Resumo: A pesquisa tem por objetivo analisar, em perspectiva comparada, as estruturas socioespaciais intraurbanas de cidades médias brasileiras, com ênfase na identificação dos processos de segregação socioespacial e de seus respectivos padrões morfológicos. As cidades selecionadas para o estudo, classificadas pelo IBGE (2020) como capitais regionais, localizam-se nas cinco regiões brasileiras: Anápolis (GO), Montes Claros (MG), Passo Fundo (RS), Vitória da Conquista (BA) e Santarém (PA). Os diferentes contextos em que se inserem suscitam a investigação das seguintes questões: a) a inserção regional de uma cidade média influencia em sua configuração socioespacial intraurbana?; b) o perfil socioeconômico e a estrutura social de uma cidade média são aspectos determinantes em sua estrutura interna, há especificidades nesse sentido?; c) é possível reconhecer padrões espaciais, ou tipologias intraurbanas, comuns às cidades médias brasileiras e em que medida os padrões de segregação socioespacial se assemelham? Os resultados preliminares da pesquisa apontam diversas semelhanças dentre as cidades estudadas, que indicam processos de reestruturação intraurbana em curso, caracterizados sobretudo pela dispersão das classes de média e alta renda pelas periferias, em condomínios horizontais fechados, pela formação de novas centralidades e pela implantação de grandes equipamentos de consumo, como os shopping centers. Esses processos sobrepõem-se às tradicionais lógicas de segregação centro-periferia evidenciando a constituição de setores seletivos de autosegregação das classes de média e alta renda. No entanto, esses processos apresentam ritmos distintos nas cinco cidades estudadas, com contornos bem definidos em Anápolis, Montes Claros e Vitória da Conquista, onde se identificam claros setores privilegiados, menos claros em Passo Fundo, e ainda insipientes em Santarém. Os novos padrões de segregação, embora careçam ainda de maior problematização à luz dos contextos regionais e perfis socioeconômicos dos municípios, constituem-se insumo para o debate em perspectiva comparada.

Palavras-chave: cidades médias; segregação; morfologia urbana.



\\ LT2: Segregação em cidades médias e não metropolitanas: desafios, impactos e singularidades

Movilidad cotidiana y uso del espacio urbano como manifestaciones de la desigualdad social en ciudades medias de España: Albacete

Carmen García Martínez*

Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio, Universidad de Castilla-La Mancha

✉ carmen.garcia@uclm.es

Francisco Cebrián-Abellán

Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio, Universidad de Castilla-La Mancha

* Autor correspondiente

26

Resumo: Las ciudades medias tienen características que hacen que la segregación se manifieste de manera singular, como consecuencia, entre otros factores, de su tamaño reducido y de la proximidad espacial entre barrios de contrastadas características socioeconómicas. Sin embargo, no por ello la segregación se expresa con menos intensidad que en las ciudades grandes o en las áreas metropolitanas, tal como ha quedado de manifiesto en diferentes estudios. En este trabajo se profundiza en los rasgos especiales de la segregación en una ciudad media del interior de España, Albacete, analizada a escala de barrio. En ella se pone en evidencia que las rupturas sociales no se ven acompañadas necesariamente de fragmentación y distancia espacial. Se parte de análisis previos sobre la desigualdad social en la ciudad y se hace uso de una metodología cualitativa, basada en entrevistas en profundidad sobre la movilidad y el uso del espacio urbano por parte de los residentes en dos barrios extremos (por su caracterización socioeconómica), que se encuentran contiguos espacialmente. Se completa con el rastreo de sus itinerarios diarios gracias a sistemas de geolocalización GPS. La inexistencia de distancias físicas y de barreras de separación material no impide que aparezcan claros rasgos de segregación espacial entre estas zonas de diferente composición social. Como consecuencia de la investigación se identifican distintas pautas en los desplazamientos diarios y en el uso del conjunto del espacio urbano de los residentes en los barrios seleccionados, que son expresión de la segregación en esta ciudad media.

Palavras-chave: segregación; desigualdad social; itinerarios urbanos; uso del espacio urbano.



\\ LT2: Segregação em cidades médias e não metropolitanas: desafios, impactos e singularidades

As favelas na beira dos trilhos: conformação de assentamentos precários e suas implicações socioespaciais em Caruaru-PE (2010–2024)

Vinicius José da Costa Rodrigues*

Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba

✉ vinicius.pesq.ufpb@gmail.com

Bruno Gilmar Silva de Medeiros

Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba

* Autor correspondente

27

Resumo: A cidade de Caruaru exerce um papel importante na rede urbana pernambucana ao articular fluxos econômicos e sociais com Recife e cidades do interior. Esta posição é fruto de um processo histórico onde sua importância ampliou-se significativamente devido à instalação da ferrovia em 1895. Contudo, seu processo de expansão urbana expressa particularidades que fomentam interações socioespaciais capazes de produzir segregação socioespacial. Dentre estas, eclode a conformação de áreas precárias nos limites da linha férrea, este fenômeno demonstra que a ferrovia foi e continua sendo um demarcador social expressivo, caracterizado pela presença de comunidades ao longo de seu percurso. Neste íterim, as últimas edições do Censo Demográfico brasileiro (2010 e 2022) identificaram 33 favelas e comunidades na cidade, das quais 12 estão situadas nos limites de onde os trilhos funcionavam. Este fato leva a crer que sua conformação se deu em função da desativação da ferrovia e da possibilidade de acesso a terras mais baratas, promovendo uma ocupação destes espaços. Mediante esse cenário, a pesquisa tem como objetivo analisar a concentração de pessoas com baixa renda, e carência de serviços básicos nas favelas e comunidades existentes à beira dos trilhos. Utiliza-se como procedimentos; visitas in loco, levantamento bibliográfico e documental, e o uso de ferramentas de geoprocessamento para a espacialização das favelas no entorno da linha férrea, bem como a utilização de dados socioeconômicos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referentes aos Censos de 2010 e 2022. Dessa maneira, os resultados alcançados evidenciam que a ferrovia se configurou como uma barreira física e socioespacial, contribuindo para a intensificação da segregação, expressas na formação de favelas e comunidades ao longo de seu percurso.



II Simpósio
Ibero-Americano
de Segregação Socioespacial
Urbana

Palavras-chave: Caruaru; ferrovia; segregação socioespacial; favela.



\\ LT2: Segregação em cidades médias e não metropolitanas: desafios, impactos e singularidades

Segregação socioespacial e vulnerabilidade ambiental nas margens do Rio Doce: desafios da reconstrução territorial pós-desastre em Governador Valadares (MG)

Erasmão Ferreira Vidal Rangel*

Universidade Vale do Rio Doce

✉ erasmão.rangel@univale.br

* Autor correspondente

Resumo: As desigualdades socioespaciais nas cidades médias brasileiras têm se intensificado diante das transformações ambientais, econômicas e políticas da última década. Em Governador Valadares (MG), os efeitos do rompimento da barragem de Fundão, em 2015, e suas consequências sobre o Rio Doce evidenciaram novas formas de exclusão e vulnerabilidade urbana. Este trabalho tem como objetivo analisar como os processos de reocupação e reconstrução das áreas ribeirinhas vêm reproduzindo dinâmicas de segregação socioespacial, especialmente entre populações de baixa renda. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em análise documental, observação de campo e entrevistas semiestruturadas com moradores, lideranças comunitárias e representantes institucionais. Os resultados preliminares indicam que a ausência de planejamento participativo e de políticas públicas integradas tem reforçado a concentração de riscos ambientais e sociais em territórios já historicamente marginalizados. Além disso, as políticas de compensação e reassentamento, em vez de promoverem justiça territorial, tendem a aprofundar desigualdades de acesso a infraestrutura, moradia e segurança ambiental. Conclui-se que a reconstrução da bacia do rio Doce demanda uma leitura territorial crítica e integrada, capaz de articular justiça ambiental e direito à cidade como fundamentos de novas práticas de gestão do território.

Palavras-chave: segregação urbana; vulnerabilidade ambiental; rio Doce; justiça territorial; Governador Valadares.



\\ LT2: Segregação em cidades médias e não metropolitanas: desafios, impactos e singularidades

La segregación residencial de la población extranjera en el área urbana de Cuenca: patrones de diferenciación socioespacial y “barrios extremos”

Carmen Vázquez Varela*

Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio, Universidad de Castilla-La Mancha

✉ carmen.vazquez@uclm.es

José María Martínez Navarro

Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio, Universidad de Castilla-La Mancha

* Autor correspondiente

30

Resumo: Esta aportación se enmarca en los resultados de investigación de un proyecto nacional que aborda el análisis de la segregación socioespacial y las geografías de la vida cotidiana en ciudades medias españolas y sus áreas urbanas. De forma más específica responde a dos objetivos del proyecto, análisis de la segregación residencial y diferenciación socioespacial, y caracterización de los “barrios extremos” a partir de estudios de caso centrándonos en esta ocasión en la distribución de la población extranjera residente en la ciudad de Cuenca y su área urbana (AU), configurada por 4 municipios periurbanos. Partimos de la elaboración de un índice de segregación residencial – combinando dimensiones del tejido construido e indicadores de desfavorecimiento social (a partir de datos del INE y del Catastro referidos a renta, paro, estudios, población extranjera y vivienda) – mediante metodologías multivariantes a escala de sección censal y la atribución de un factor de ponderación que nos han permitido identificar los barrios extremos. Esta primera fase se completa con un análisis pormenorizado que analiza pautas de distribución socioespacial según nacionalidades para intentar identificar patrones de localización espacial diferenciados. Partiendo de valores medios de un 10,9% de población extranjera en Cuenca capital, los resultados muestran una notable concentración de este colectivo en tres secciones, el Paseo de San Antonio (27%), Santa Ana (23%) y Casablanca (21%) que triangulan el fragmento urbano de Cuenca con más vecinos extranjeros. Se trata en todos los casos de barrios construidos entre las décadas de los 60 y 70 del pasado siglo y caracterizados por la concentración de vivienda de protección pública de gran pobreza formal, escasez de dotaciones tanto en los edificios como en las viviendas y evidente necesidad de planes estratégicos de regeneración.



Palavras-chave: segregación; barrios extremos; población extranjera; sección censal; Cuenca.

A produção deste trabalho foi financiada pelo: Ministerio de Ciencia e Innovación (MCIN), Proyecto “Fragmentación y segregación socioespacial en las ciudades medias españolas y sus áreas urbanas (2001-2021)” (PID2021-124511NB-C21-C22). Subproyecto 1: “Segregación socioespacial y Geografías de la vida cotidiana en las ciudades medias españolas y sus áreas urbanas” (PID2021-124511NB-C21).



\\ LT2: Segregação em cidades médias e não metropolitanas: desafios, impactos e singularidades

Segregación residencial de la población mayor en las ciudades medias del interior de España

Juan José Pons Izquierdo*

Universidad de Navarra

✉ jpons@unav.es

Carolina Montoro Gurich

Universidad de Navarra

* Autor correspondente

Resumo: La edad de las personas es un factor de diferenciación espacial urbana, a pesar de que este último aspecto ha recibido menor atención en la literatura científica sobre segregación residencial que los factores socioeconómicos, étnicos, religiosos o de procedencia territorial. Sin embargo, la concentración de personas mayores en áreas específicas de las ciudades tiene importantísimas consecuencias prácticas en el actual contexto general de envejecimiento demográfico. En particular, pone el foco en la necesidad de adaptar los entornos urbanos y los servicios para hacerlos amigables e inclusivos para esta población, como condición para que las personas mayores puedan seguir residiendo en sus viviendas. En esta comunicación se analiza la evolución del envejecimiento y de la segregación espacial de los mayores en 34 áreas urbanas medias de interior, durante el período 2014-2024. Para ello, se procede establecer diferentes modelos de envejecimiento de las áreas urbanas a través de la utilización de indicadores de estadística espacial como Global Moran y Local Moran. Los resultados permiten concluir que el envejecimiento demográfico, que ya era importante hace una década, ha seguido creciendo a lo largo de los últimos años, situándose en 2024 en cifras cercanas al 21% para el conjunto de las ciudades medias. Junto a esta tendencia también se verifica que la distribución espacial del envejecimiento dentro de las ciudades no es ni mucho menos aleatoria, sino que responde, en la mayor parte de los casos, a patrones de agrupación–clusters espaciales–estadísticamente significativos (nivel de confianza > 99% para tres de cada cuatro ciudades). El estudio también revela patrones de segregación muy variables en intensidad para las distintas áreas urbanas, con tendencia general a su disminución a lo largo de la última década.

Palavras-chave: segregación urbana; mayores; ciudades medias; estadística espacial.



\\ LT2: Segregação em cidades médias e não metropolitanas: desafios, impactos e singularidades

Diversidad, exclusión y transformación urbana: dinámicas socioespaciales en el barrio de La Chanca-Pescadería (Almería, España)

Merche Pereira-Rubio*

Centro de Estudio de las Migraciones y las Relaciones Interculturales (CEMyRI), Universidad de Almería

✉ mpr025@ual.es

Pablo Pumares

Centro de Estudio de las Migraciones y las Relaciones Interculturales (CEMyRI), Universidad de Almería

Beatriz González-Martín

Centro de Estudio de las Migraciones y las Relaciones Interculturales (CEMyRI), Universidad de Almería

33

* Autor correspondiente

Resumo: Las ciudades contemporáneas enfrentan profundas transformaciones que reconfiguran sus barrios, debido a la creciente diversidad impulsada por los flujos migratorios internacionales. Esto genera una heterogeneidad socioeconómica y etnocultural, que complejiza las dinámicas espaciales y plantea desafíos para la inclusión social. Este estudio entiende el espacio urbano como un producto social, configurado y resignificado mediante usos y prácticas cotidianas. El espacio público se entiende como un escenario de negociación y reproducción de dinámicas de inclusión y exclusión. A partir de las dimensiones de espacio percibido y concebido de Lefebvre, se analizan las prácticas espaciales en un barrio multicultural y la influencia de las políticas urbanas en su configuración socioespacial. Las preguntas de investigación son: ¿cómo usan y experimentan el espacio público los residentes? y ¿qué dinámicas de integración o exclusión se manifiestan en las prácticas espaciales? El caso de estudio se centra en La Chanca-Pescadería, un barrio popular y vulnerable de Almería, tradicionalmente habitado por autóctonos gitanos y no gitanos, y recientemente por inmigrantes marroquíes. Mediante entrevistas semiestructuradas en profundidad y observación participante se identifican tres tendencias: 1) patrones diferenciados entre autóctonos e inmigrantes en la ocupación del espacio, 2) comercios étnicos como lugares de interacción, y 3) espacios de resistencia urbana. Estas prácticas están condicionadas por dinámicas socioculturales y por características físicas del barrio. Aunque los comercios étnicos favorecen cier-



ta integración, persisten diferencias en otros usos. La falta de espacios equipados impulsa prácticas de socialización alternativas entre autóctonos, interpretadas como formas de resistencia, ante políticas urbanas que descuidan las necesidades sociales. A la vez, se refuerzan patrones de exclusión, ya que los inmigrantes tienden a hacer un uso más funcional del espacio. Este estudio reflexiona sobre la articulación de transformaciones urbanas recientes con desigualdades socioespaciales, enfatizando en la necesidad de diseñar lugares de encuentro diversos e inclusivos.

Palavras-chave: diversidad urbana; prácticas espaciales; minorías étnicas; espacio público; políticas urbanas.



Atitudes face à imigração em contexto(s): lições comparativas a partir de três comunidades piscatórias

Rui F. Carvalho*

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

✉ ruicarvalho@ces.uc.pt

* Autor correspondente

Resumo: Os países Europeus têm recebido um número crescente de migrantes internacionais nos últimos anos. Neste contexto tem-se assistido, também, a uma progressiva politização da imigração, e a um aumento das atitudes negativas face à imigração e aos imigrantes, nestes países. Portugal não é uma exceção a estas tendências. Este artigo reporta os resultados de um estudo sobre as atitudes face à imigração e aos imigrantes em três comunidades piscatórias em Portugal. Todas receberam assinaláveis contingentes de imigrantes nos últimos anos. De acordo com as teorias existentes, estas comunidades deveriam ser caracterizadas por uma robusta oposição à imigração e aos imigrantes (ex., economicamente desfavorecidas; caracterizadas por fortes laços de comunidade; e tradicionalismo nos valores), em particular face a imigrantes maioritariamente provenientes do Sudeste Asiático (ex., fortes diferenças raciais, religiosas e linguísticas, face às comunidades autóctones). No entanto, e em oposição a tais expectativas, a opinião pública, incluindo no setor das pescas, face a estes imigrantes, tem sido: (a) maioritariamente positiva, e (b) apresentado variações assinaláveis entre as comunidades piscatórias de acolhimento. Utilizando vários métodos qualitativos, incluindo trabalho de campo comparativo em três comunidades piscatórias com diferentes características e trajetórias, foi possível identificar três fatores explicativos para estes resultados. Primeiro, a existência de um tecido organizacional local, com forte capacidade mobilizadora em prol da incorporação destes migrantes nos espaços de atividade das populações locais. Segundo, as dinâmicas e os padrões de integração, em oposição a segregação, residencial e em termos dos espaços de atividade (ex., profissionais, comunitários) destes migrantes. Terceiro, e parcialmente em consequência dos anteriores, a existência de oportunidades para o estabelecimento de contactos interétnicos (positivos) entre os imigrantes e a população autóctone local. Discuto as implicações destes resultados para as teorias e as políticas referentes às atitudes face à imigração e aos imigrantes na Europa.



II Simposio
Ibero-Americano
de Segregação Socioespacial
Urbana

Palavras-chave: atitudes face à imigração; comunidades piscatórias; contacto interétnico; integração socio-espacial; organizações locais.



\\ LT2: Segregação em cidades médias e não metropolitanas: desafios, impactos e singularidades

Planejamento urbano desigual: diferenciação socioespacial entre os dois lados da linha férrea em Campina Grande – Paraíba, Brasil (1907–1980)

Matheus Andrade Martins

Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba

Leticia Barbosa Bomfim*

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba

✉ lebombomfim0@gmail.com

Bruno Gilmar Silva de Medeiros

Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba

37

* Autor correspondente

Resumo: A presença da ferrovia nas cidades constituiu elemento estruturante na produção do espaço urbano, atuando como vetor de expansão e barreira socioespacial. Em Campina Grande, cidade média brasileira localizada no estado da Paraíba, esse processo se observa na diferenciação entre áreas dotadas de infraestrutura e setores populares situados além da linha férrea, desigualdade reforçada pelo planejamento e legislação do perímetro urbano. Inaugurada em 1907, a ferrovia impulsionou a expansão do núcleo inicial em direção à estação, mas também se converteu em limite para o fornecimento de infraestrutura, a localização de equipamentos públicos e a distribuição dos serviços. Essa lógica orientou a concentração dos setores populares junto às fábricas e a conformação de uma área periférica ao centro, dinâmica que se manteve durante o crescimento populacional e a expansão urbana ao longo do século XX. O objetivo desta pesquisa é compreender a linha férrea enquanto demarcador social na estruturação do espaço intraurbano, analisando como o planejamento urbano não apenas reproduziu, mas orientou ativamente a exclusão da população de baixa renda. A hipótese é que a ferrovia se transformou em limite físico e simbólico, marcando uma contradição no tecido urbano, reforçada pelas ações do planejamento vigente no período, como o Plano de Erradicação de Favelas (1972), o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (1973) e o Projeto Cura (1979), os quais, ao invés de mitigar desigualdades, contribuíram para consolidá-las. Para alcançar o objetivo, a metodologia articula



diferenciação socioespacial pelas análises da morfologia urbana segundo Capel (2002), pesquisa bibliográfica, levantamento documental, observações in loco e elaboração cartográfica com ferramentas de geoprocessamento, a partir dos mapas do Arquivo Municipal de Campina Grande. A pesquisa se apoia em estudos anteriores sobre a formação socioespacial de Campina Grande e a linha férrea (Maia, 2017; Maia e Martins, 2023) e avança na compreensão da consolidação histórica dos assentamentos precários no entorno da ferrovia, destacando que esse processo foi sistematicamente fortalecido pelo planejamento urbano na expansão da cidade.

Palavras-chave: planejamento urbano; morfologia urbana; diferenciação socioespacial.



\\ LT2: Segregação em cidades médias e não metropolitanas: desafios, impactos e singularidades

Geografia das emoções e vivências bissexuais em espaços de lazer de Ponta Grossa – Paraná, Brasil

Hortência Brito*

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa

✉ souzahortencia@edu.ulisboa.pt

* Autor correspondente

Resumo: Nas últimas décadas, a bissexualidade buscou se consolidar como uma identidade política (Hemmings, 1995; 2002; Souza, 2025; Weier, 2019). Considerando que a identidade não pode ser analisada fora da experiência e nem do espaço (Haesbaert, 2013), investigo neste trabalho situado (Rose, 1997) como bissexuais vivenciam os espaços de lazer em Ponta Grossa – Paraná, Brasil. A pesquisa baseia-se em entrevistas com 13 pessoas bissexuais, com idades entre 18 e 40 anos, selecionadas por meio da técnica de bola-de-neve (Browne, 2005). O critério de seleção para os entrevistados foi a maioridade e a autoidentificação com a bissexualidade. A recolha de dados foi realizada através dos *Relief Maps*, um método qualitativo-quantitativo que articula as dimensões emocionais, espaciais e identitárias. A análise mista combinou os resultados dos *Relief Maps* com a interpretação qualitativa dos relatos expostos na entrevista (Rodó-de-Zárate, 2016). Os espaços de lazer mencionados (e.g. bares, restaurantes, baladas, ginásios, ruas e festivais) revelam-se ambíguos. Embora alguns sejam percebidos como acolhedores para pessoas queer, a bissexualidade emerge frequentemente como uma identidade tensionada, apresentando uma maior insegurança social e econômica (Jolly, 2020; Robinson, 2017; Ross et al., 2016), sendo associada a sentimentos de preocupação (nove menções), discriminação (sete menções), aceitação e liberdade (seis menções cada). Esses espaços foram caracterizados como Lugares Controvertidos, por combinarem possibilidades de expressão com interdições simbólicas e práticas. No que tange ao acesso aos espaços de lazer, a mobilidade urbana surge como um fator relevante na produção do mal-estar, já que a menor oferta de transporte público nos bairros periféricos limita o acesso às áreas urbanas centrais, reforçando a segregação socioespacial e restringindo a apropriação urbana plena (Lefebvre, 2008). Assim, embora essenciais para a socialização e a expressão bissexual, os espaços de lazer exigem constante negociação, evidenciando uma vivência urbana marcada por invisibilidade, seletividade espacial e interdições cotidianas.



Palavras-chave: bissexualidade; geografia das emoções; espaços de lazer; *relief maps*; identidade.

Segregação e interseccionalidade: da classe e da nacionalidade/etnia à Idade, género ou condição indígena

3

Coordenação:

Fátima Matos (Universidade do Porto)

Pablo Pumares (Universidad de Almeria)





\\ LT3: Segregação e interseccionalidade: da classe e da nacionalidade/etnia à idade, género ou condição indígena

Segregação socioespacial e racismo ambiental na Região Metropolitana de Porto Alegre, Brasil

Paulo Roberto Rodrigues Soares*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

✉ paulo.soares@ufrgs.br

* Autor correspondente

Resumo: Na América Latina e no Brasil, os estudos urbanos tradicionalmente privilegiaram a abordagem da segregação socioespacial do ponto de vista socioeconômico. Recentemente, entretanto, a questão étnico-racial tem aparecido nestes estudos. Este interesse coincide com os efeitos das políticas neoliberais adotadas nas últimas décadas que ampliaram a polarização social, as desigualdades socioespaciais e a segregação urbana, apontando para uma possível “fragmentação” (Barata-Salgueiro, 2023). Isto tem suscitado a busca de explicações mais abrangentes e aprofundadas do processo. Assim, a interseccionalidade emerge nos estudos sobre segregação urbana, com o emprego de análises que combinam dimensões socioeconômicas, etnia e raça, além de outras, como idade e gênero (Malheiros e Madeira, 2023). A catástrofe climática socioambiental que atingiu a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), RS, Brasil, em 2024 afetou e (ainda) afeta, de modo social e racialmente desigual as populações periféricas, negras e mais pobres. Analisando-se a composição de renda e étnico-racial dos principais bairros afetados (Censo 2022) verificamos que estes apresentam maior presença relativa de negros que a presente no estado ou no município de localização. Esta composição é produto de um processo histórico de exclusão e segregação da população nestes espaços, tendo como consequência uma série de injustiças espaciais. Com isso, entendemos a presença do “racismo ambiental” no estado. Ambos (injustiças espaciais e racismo ambiental) tornam o evento mais extenso espacial e mais longo temporalmente para a população negra e pobre. A comunicação analisa o racismo ambiental na RMPA, antes, durante e depois do evento climático extremo. Em termos teórico-conceituais mobilizamos autores e autoras como Santos (1992, 1996), Acselrad (2009), Soja (2014), Mbembe (2018) e Gilmore (2022). Estes aportam contribuições para entendermos o capitaloceno, as mudanças climáticas, a necropolítica, as injustiças socioespaciais e o racismo ambiental e as suas repercussões na Região Metropolitana e no estado.



II Simpósio
Ibero-Americano
de Segregação Socioespacial
Urbana

Palavras-chave: segregação socioespacial; racismo ambiental; mudanças climáticas; injustiças espaciais; Rio Grande do Sul.



\\ LT3: Segregação e interseccionalidade: da classe e da nacionalidade/etnia à idade, género ou condição indígena

Mapas da exclusão: a segregação do migrante boliviano na cidade fronteiriça de Corumbá (MS)

Thais da Silva Alpines*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

✉ thais.alpires@gmail.com

Silvana do Valle Leone

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Elisa Pinheiro de Freitas

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / Universidade Federal do Triângulo Mineiro

* Autor correspondente

44

Resumo: A cidade de Corumbá, situada no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, na fronteira com *Puerto Quijarro*, Bolívia, integra um sistema urbano transfronteiriço caracterizado por intensos fluxos de pessoas, mercadorias e fronteiras simbólicas. Este trabalho investiga as dinâmicas de segregação vividas pela população boliviana – residente ou pendular – na estrutura urbana corumbaense. Com base em observações de campo realizadas em 2025, identificou-se que aproximadamente 90% dos bolivianos residentes concentram-se em duas áreas da cidade: os bairros Popular Nova e Aeroporto. Nesses espaços, muitos atuam no comércio informal, vivendo em arranjos que combinam moradia e atividade econômica. Outros atravessam diariamente o limite geográfico, vindos de *Puerto Quijarro* ou de *Puerto Suárez* – esta última, uma cidade boliviana próxima à fronteira. Essa configuração espacial suscita questões centrais: o que motiva a escolha por esses bairros? A facilidade de acesso? A presença de redes migratórias? Ou a reprodução de uma lógica urbana de exclusão? Ao mesmo tempo, observa-se um afastamento em relação ao centro comercial de Corumbá, majoritariamente controlado por descendentes de árabes, o que evidencia não apenas barreiras econômicas, mas também uma disputa étnico-racial pelo território. A segregação dos bolivianos, assim, não se restringe à moradia, mas se manifesta também na circulação, no trabalho e na apropriação desigual dos espaços urbanos. A fronteira atua como um dispositivo de controle e racialização, produzindo uma alteridade marcada por estigmas e suspeição. Este trabalho propõe, assim, um olhar interseccional e ampliado sobre a se-



gregação, articulando nacionalidade, classe, etnia e urbanização em contextos fronteiriços do Sul Global.

Palavras-chave: segregação socioespacial; fronteira; migração boliviana; Corumbá; racialização do espaço.



\\ LT3: Segregação e interseccionalidade: da classe e da nacionalidade/etnia à idade, género ou condição indígena

Um bairro-casa numa cidade que nos esconde

Ana Catarino*

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, NOVA FCSH

✉ anaemorbata@gmail.com

* Autor correspondente

Resumo: O Bairro Terras da Costa, na Costa da Caparica quase colado ao IC20, existiu até finais de 2024. As famílias já foram todas realojadas, já ninguém vive rodeada de entulho e no terreno já não há vestígios das casas. Mas, durante várias décadas passaram por ali muitas vidas, para muitas aquele lugar foi a sua casa, muitas mulheres criaram os seus filhos, estenderam a sua roupa, saíram de madrugada para ir trabalhar nas limpezas, no turno das 6h da manhã. A vida aconteceu, também, entre a casa e a rua - algumas casas foram cafés e os cafés foram anexos das casas. A vida deu-se entre as casas e a rua numa espécie de contínuo. Para onde vai esta vida quando o bairro acaba e as casas viram entulho? Que comunidade é criada por estas práticas situadas? Qual é a proposta de habitar que vemos nestes gestos? Que mulheres foram estas que habitaram o bairro? De onde vieram? Que histórias nos podem contar sobre a nossa cidade cheia de fracturas? Num trabalho de campo longo, procuraram-se respostas de várias formas: conversas mais ou menos dirigidas, estadias para escutar e sentir o lugar, trabalho conjunto com os moradores na resolução de problemas concretos. Um ensaio de investigação-acção.

Palavras-chave: bairro-casa; agência; habitar.



\\ LT3: Segregação e interseccionalidade: da classe e da nacionalidade/etnia à idade, género ou condição indígena

Entre fronteiras e centros: a segregação espacial dos imigrantes na cidade de São Paulo

Isabela Ferraz Davies*

Universidade de São Paulo

✉ isabela.davies@usp.br

* Autor correspondente

Resumo: Este artigo tem como objetivo a discussão crítica relacionada à segregação espacial dos imigrantes na maior metrópole do sul global, São Paulo. O foco da reflexão se baseia nas dinâmicas históricas de exclusão que determinam a distribuição territorial desses grupos em um contexto urbano marcado pela desigualdade social e climática. A partir da análise de dados sociodemográficos e entrevistas domiciliares, o estudo identifica padrões de concentração de imigrantes no centro da cidade, vivendo em condições de moradia precarizadas, evidenciando a existência de barreiras socioeconômicas e culturais que limitam o acesso a áreas mais valorizadas da cidade. O texto discute como os imigrantes enfrentam desafios múltiplos decorrentes da exclusão do mercado formal de trabalho e da discriminação estrutural permeada pela trama complexa de relações sociais e econômicas que reproduzem desigualdades históricas. O diálogo permite uma discussão transversal entre migração, segregação espacial e justiça climática, trazendo à luz evidências dos impactos desproporcionalmente vividos por imigrantes que residem em áreas com menor infraestrutura apesar de sua centralidade. A vulnerabilidade ambiental reforça as desigualdades sociais e territoriais, tornando urgente a adoção de políticas que integrem a proteção ambiental com a promoção de direitos sociais e habitacionais, garantindo que esses grupos tenham acesso a ambientes urbanos seguros, saudáveis e sustentáveis, em consonância com os princípios da justiça climática.

Palavras-chave: migração internacional; segregação espacial; justiça climática.



\\ LT3: Segregação e interseccionalidade: da classe e da nacionalidade/etnia à idade, género ou condição indígena

As cores da segregação socioespacial na Região Metropolitana do Recife

Matheus Batista Simões*

Universidade Federal de Pernambuco

✉ matheus.simoes@ufpe.br

Lívia Izabel Bezerra de Miranda

Universidade Federal de Campina Grande

Flávia da Fonseca Feitosa

Centro de Estudos da Favela, Universidade Federal do ABC

* Autor correspondente

Resumo: Desde a instituição da Região Metropolitana do Recife, em 1973, estudos urbanos constataram uma forte segregação socioespacial considerando os diferentes estratos de renda. A segregação socioespacial urbana trata-se de um fenômeno multidimensional e que repercute na estrutura socioespacial da metrópole, no entanto, a renda não é a única dimensão capaz de captar este fenômeno no território. Nas áreas mais valorizadas e bem servidas de infraestrutura da Região, constata-se um predomínio de pessoas que se autodeclaram brancas. Por outro lado, estudos antecedentes constataram uma continuidade física e espacial entre os antigos mocambos, quilombos e as atuais favelas da região, levando a compreender que estes territórios apresentam uma maior proporção de pessoas que se autodeclaram como negras. Na Região Metropolitana do Recife, historicamente, a segregação resultou em padrões morfológicos muito distintos, que condicionam e reforçam as desigualdades socioespaciais. Além disso, um conjunto de ações de planejamento nos últimos anos contribuíram para a manutenção da segregação socioespacial. Diante deste cenário, a metodologia adotada neste artigo correlaciona o Índice de Isolamento de grupos de pessoas brancas, pretas ou pardas, a renda e aos padrões morfológicos, buscando compreender em quais condições espaciais e onde cada grupo racial encontra-se mais ou menos isolado. Os padrões morfológicos foram identificados a partir de técnicas de agrupamento de clusters, utilizando dados de paisagem, saneamento, condições domiciliares, verticalização e densidade populacional. Levanta-se a hipótese de que a configuração espacial vigente, bem como



o sistema de ações de planejamento dos municípios que compõem a região metropolitana, tem contribuído para reproduzir o mesmo padrão de segregação historicamente consolidado. Por fim, esta pesquisa reconhece que não é possível atenuar a segregação socioespacial na metrópole sem considerar uma agenda antirracista e que inclua a população negra nos espaços urbanos e em espaços de tomada de decisão na cidade.

Palavras-chave: segregação socioespacial; segregação racial; interseccionalidade.



\\ LT3: Segregação e interseccionalidade: da classe e da nacionalidade/etnia à idade, género ou condição indígena

Espacialidade e controle dos corpos: Boa Vista e o abrigo oferecido à mobilidade humana indígena venezuelana

João Carlos Jarochinski Silva*

Universidade Federal de Roraima

✉ jcsilva98@hotmail.com

* Autor correspondente

Resumo: A proposta discute os desdobramentos da resposta humanitária brasileira à mobilidade venezuelana — a Operação Acolhida —, com foco na política de abrigo destinada a pessoas refugiadas e migrantes em Boa Vista, capital de Roraima. O trabalho parte das reflexões apresentadas no artigo “Espacialidade e controle dos corpos: Boa Vista e a mobilidade humana venezuelana” (Cadernos Metrópole, 2024), ampliando a análise para incluir a dimensão indígena dessa mobilidade. A pesquisa examina as transformações socioespaciais na cidade desde 2015, quando se intensificou a chegada de migrantes venezuelanos, e a consequente implementação da Operação Acolhida. Metodologicamente, combina a análise documental, para evidenciar o crescimento populacional venezuelano, e a pesquisa bibliográfica, para problematizar as políticas de controle, guetização e disciplinamento dos corpos adotadas pelo Estado “acolhedor”. Complementarmente, a observação participante permitiu compreender a experiência de comunidades indígenas refugiadas e migrantes instaladas tanto em abrigos oficiais quanto em ocupações chamadas de “espontâneas”, que também se tornam alvo de intervenções estatais, mas que também evidenciam formas de resistência dessa população em relação às determinantes humanitárias estabelecidos no território. O objetivo é demonstrar como o Estado regula os níveis de interação social por meio do controle espacial e corporal dos “indesejáveis”, reproduzindo práticas preconceituosas e xenofóbicas que comprometem o modo de vida e as possibilidades de integração dessas populações, também por meio da segregação urbana, visto que a área dos abrigos está inserida em uma região da cidade controlada pelos setores de segurança – Exército Brasileiro e Polícia Federal – apontando aspectos de controle desses corpos migrantes e promovendo a exclusão dessas pessoas do convívio em outros espaços da cidade, numa dinâmica que pode ser analisada sob o prisma da Guetização desses grupos, migrantes e indígenas.

Palavras-chave: Boa Vista; humanitarismo; abrigo; povos indígenas; migração internacional.



\\ LT3: Segregação e interseccionalidade: da classe e da nacionalidade/etnia à idade, género ou condição indígena

Espaço, necropoder e interseccionalidade: o suicídio de mulheres negras na formação socioespacial do Mato Grosso do Sul no período de 2003-2023

Núbia Vitória Fritz*

Universidade Federal da Grande Dourados

✉ nubia.fritz.79@gmail.com

Claudia Marques Roma

Universidade Federal da Grande Dourados

* Autor correspondente

51

Resumo: Este trabalho realiza análises sobre o suicídio de mulheres negras no Mato Grosso do Sul entre 2003 e 2023, articulando biopoder, necropoder, interseccionalidade e formação socioespacial. A partir da Geografia da Saúde busca-se compreender como as desigualdades estruturais de raça, gênero e classe se materializam no espaço e produzem formas específicas de segregação socioespacial, que organizam o acesso ao cuidado e estruturam quem tem suas vidas preservadas e quem permanece exposta ao abandono. As análises têm como base teórica as contribuições de Henri Lefebvre, Milton Santos e Doreen Massey, que concebem o espaço como produto e produtor das relações sociais. No contexto da formação socioespacial brasileira, e particularmente no território sul-mato-grossense, marcado pela herança escravocrata, pela colonização agrícola e pela fronteira étnica com os povos indígenas, o espaço é entendido como um dispositivo de gestão das populações. Nessa perspectiva, biopoder e necropoder atuam de forma desigual sobre corpos negros e femininos, produzindo padrões territorializados de cuidado, ausência e violência. A pesquisa utiliza análises qualitativas e cartográficas, combinando análises documental, dados secundários sobre suicídio e a distribuição da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). A leitura dos mapas revela vazios assistenciais e uma clara segregação socioespacial do acesso à saúde mental, sobretudo em regiões onde vivem populações negras e em maior vulnerabilidade. Esses arranjos espaciais não são aleatórios: expressam a reprodução de uma lógica histórica de separação, hierarquização e negação de direitos no território. Assim, compreende-se que o suicídio de mulheres negras no MS constitui uma expressão extrema dessas desigualdades territoriais, refletindo a articulação entre espaço, poder e exclusão. Ao inserir a saúde mental no



centro da análise, Este estudo contribui para ampliar o debate sobre segregação e interseccionalidade ao incluir a saúde mental como dimensão fundamental na análise das geografias da vida e da morte.

Palavras-chave: segregação socioespacial; interseccionalidade; necropoder; saúde mental; mulheres negras.



\\ LT3: Segregação e interseccionalidade: da classe e da nacionalidade/etnia à idade, género ou condição indígena

The “Calles Dignas” of race and resistance: the making invisible of urban Indigenous space in Puerto Barrios, Guatemala

Lilianna Quiroa-Crowell*

CUNY Graduate Center

✉ lquiroadcrowell@gradcenter.cuny.edu

* Autor correspondente

Resumo: This paper analyzes the ongoing urban renewal project Plan 440 in Puerto Barrios, Guatemala, in which the mayor promised to make up for the forty years of neglect of this Caribbean port city by “making concrete” a new modern city space in four years. Utilizing religious symbolism, the municipal government aims to recreate Puerto Barrios as a model city for Guatemala and larger Latin America, evidenced by new American-style concrete streets. However, absent from this narrative are the dozens of peripheral *orilla* communities that ring the city center which are either left off or marked as uninhabited ‘forest’ areas on official city maps. Despite forming the essential urban low-wage labor pool, these “invisible” neighborhoods are accessible solely via dirt paths and lack basic infrastructure/social services. Importantly, many of *orilla* residents are Q’eqchi’ Maya Indigenous and mixed race, a reality clashes with the popular spatial imaginary of government officials and city center residents, who narrate Puerto Barrios as a non-Indigenous space. Drawing on Postcolonial urban theory and McKittrick’s concept of the “ungeographic” (2006), I examine how Plan 440’s road paving initiative interfaces with larger racialized spatial hierarchies that shape the everyday urban dynamics of the city. I first engage in a discursive and visual analysis of the road paving initiative, to identify the racialized hierarchies of visibility and inclusion embedded within this promised new “Tropical Urban Modernity.” I argue that this road building project is at once a sociocultural project, in which certain racialized segregation and invisibility is “made concrete” within urban space. Finally, I position Plan 440 in conversation with two self-paving road projects organized by *orilla* communities. I examine how *orilla* women project organizers understand “the road” in relation to their identity as urban Indigenous women and its transformation into a symbol of community resistance against invisibility.

Palavras-chave: Guatemala; indigenous; modernity; invisibility; urban infrastructure.



\\ LT3: Segregação e interseccionalidade: da classe e da nacionalidade/etnia à idade, género ou condição indígena

Negotiating social mixing through commerce: middle-class imaginaries and urban policies in Paris and Lisbon

Priscilla Santos*

ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa

✉ Priscilla_Santos@iscte-iul.pt

Victor Albert-Blanco

Universidad Autónoma de Barcelona

* Autor correspondente

Resumo: This presentation aims to shed light on the process of urban transformation in two shopping streets located in ethnically mixed neighbourhoods: Rue du Myrha, in the Goutte d'Or district of Paris, and Rua do Forno do Tijolo, in Lisbon's Anjos district. We adopt an ethnographic approach to examine the transformation and current coexistence of social classes, racialized groups, and consumer repertoires reflected in the commercial fabric of these streets. In both cases, one can find small shops owned by racialized migrants alongside newer businesses such as organic restaurants, specialty coffee shops, and natural wine bars owned by both relatively privileged migrants and autochthonous people. Our objective is to analyse, from a spatial perspective, how this coexistence unfolds in contexts where public policies on social mixing are either present (as in Paris) or absent (as in Lisbon). According to official narratives, social mixing policies are considered a way to prevent or reverse urban segregation. Thus, we ask: how do these streets change – or remain unchanged – depending on the presence or absence of such policies? How does social mixing occur in similar or divergent ways across these differing policy contexts? To address these questions, we draw on ethnographic research, including participant observation, interviews with public authorities and small business owners in both districts, and document analysis. By doing so, we explore urban representations and discourses on diversity, examining how these narratives shape the symbolic evaluation of these areas and contribute to their differentiation from other high-value neighbourhoods in Paris and Lisbon.

Palavras-chave: international migration; commerce; public policies ; gentrification.



\\ LT3: Segregação e interseccionalidade: da classe e da nacionalidade/etnia à idade, género ou condição indígena

Segregação racial na Região Metropolitana de São Paulo: uma análise temporal e multiescalar

Lucas do Vale Moura*

Universidade Federal do ABC

✉ lucas.moura@ufabc.edu.br

* Autor correspondente

Resumo: Este estudo busca compreender a segregação racial na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), articulando abordagens históricas, contemporâneas, estatísticas e espaciais para analisar o fenômeno da segregação étnico-racial de forma multiescalar em 2010 e 2022. A segregação racial é produto de um processo histórico excludente, no qual o legado escravocrata e as políticas de branqueamento consolidaram hierarquias raciais e narrativas como o mito da democracia racial, que naturalizaram desigualdades no espaço urbano. A análise é baseada em dados censitários e índices espaciais para a mensuração da segregação, como isolamento/exposição, dissimilaridade, correlações e autocorrelação espacial, que permitem identificar as relações entre a composição racial, infraestrutura urbana e inadequação habitacional. Os resultados preliminares indicam que, apesar da autodeclaração racial e das transformações demográficas, a estrutura espacial da segregação racial permanece praticamente inalterada. Em 2022, as favelas concentravam 14,25% da população metropolitana, distribuídas em 32 municípios e 2.473 assentamentos, dos quais 65,56% dos moradores se autodeclararam pretos ou pardos. A análise espacial demonstra que a segregação racial se articula de forma contínua às questões habitacionais, configurando um padrão de vulnerabilidade territorial. A comparação entre 2010 e 2022 evidencia a continuidade da polarização socioespacial, pois os brancos permanecem concentrados nas áreas com melhores condições de renda, infraestrutura e serviços, enquanto pretos e pardos estão localizados em favelas sob maior precariedade urbana. As correlações entre raça, renda e inadequação habitacional confirmam que a desigualdade urbana na RMSP não é apenas consequência de variáveis socioeconômicas, mas sim o resultado de um processo histórico e estrutural racial. Assim, esta pesquisa propõe uma leitura multiescalar, articulando dimensões históricas, estatísticas e espaciais, e contribui para o debate sobre segregação e justiça racial, ressaltando a urgência de políticas públicas que unam reparação histórica e o direito à cidade.

Palavras-chave: segregação racial; favelas; índices espaciais; justiça racial.



\\ LT3: Segregação e interseccionalidade: da classe e da nacionalidade/etnia à idade, género ou condição indígena

Género, idade e resistência em contexto de segregação urbana

Sara Larrabure*

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de
Geografia e Ordenamento do Território,
Universidade de Lisboa / Laboratório Associado
TERRA
✉ slarrabure@edu.ulisboa.pt

Fabiana Pavel

Museu Nacional de História Natural e da
Ciência, Universidade de Lisboa

Adélia Verônica da Silva

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de
Geografia e Ordenamento do Território,
Universidade de Lisboa / Laboratório Associado
TERRA

Ana Esteves

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de
Ciências Sociais NOVA FCSH / Criar Cidade

* Autor correspondente

Resumo: Este trabalho analisa como processos de segregação socioespacial se articulam com género e idade na experiência de mulheres residentes no centro histórico de Lisboa. A investigação baseia-se num corpus qualitativo composto por sete entrevistas em profundidade, realizadas entre 2024 e 2025 com mulheres idosas (≥ 65 anos), de diferentes freguesias do centro histórico. A seleção das participantes seguiu critérios intencionais, incluindo tempo prolongado de residência no bairro, experiência direta de permanência em contextos de forte pressão turística e imobiliária e diversidade de trajetórias laborais e familiares. A curta-metragem “[Vozes silenciadas: Ser mulher e envelhecer no centro histórico de Lisboa](#)” é concebida como parte integrante do trabalho de campo, integra o corpus empírico e é mobilizada diretamente no processo analítico, funcionando como um dispositivo metodológico visual na interpretação das experiências de segregação, envelhecimento e género. Não constitui, assim, um produto externo ou meramente ilustrativo, mas um elemento central do desenho metodológico, que amplia a abordagem etnográfica e qualitativa. As narrativas recolhidas revelam desigualdades estruturais associadas a trajetórias laborais marcadas pelo cuidado doméstico e comunitário, que condicionaram rendimentos e resultaram em pensões baixas. Estas desigualdades agravam vulnerabilidades económicas e sociais num território em rápida transformação, onde o aumento do custo de vida e a precarização residencial intensificam a insegurança habitacional. Os testemunhos evidenciam ainda limitações de mobili-



dade, dificuldades de acesso a serviços e infraestruturas degradadas, bem como processos de invisibilização simbólica que contribuem para o isolamento social. As recentes transformações urbanas têm implicações profundas na perda das redes de vizinhança, da memória e da pertença, fragilizando laços identitários e afetivos essenciais ao bem-estar. Nesse contexto, habitar o centro torna-se um processo marcado por constrangimentos materiais e simbólicos que reforçam a marginalização das mulheres idosas. Permanecer no centro converte-se, assim, num ato político, que disputa o direito de permanecer e envelhecer com dignidade. A incorporação de género e idade como dimensões analíticas centrais permite aprofundar leituras críticas sobre segregação e desigualdades urbanas em cidades atravessadas por intensas reestruturações socioeconómicas.

Palavras-chave: interseccionalidade; envelhecimento; mulheres idosas; gentrificação; segregação urbana.



\\ LT3: Segregação e interseccionalidade: da classe e da nacionalidade/etnia à idade, género ou condição indígena

População negra e segregação socioespacial: expressões da questão sócio-racial na produção do espaço urbano brasileiro

Marília Cerqueira*

Universidade Federal de Sergipe

✉ mariliacerqueira09@gmail.com

Tereza Cristina Martins

Universidade Federal de Sergipe

José Paulo Brazão

Universidade da Madeira

* Autor correspondente

Resumo: Este trabalho realiza uma análise teórico-bibliográfica sobre a segregação socioespacial da população negra como expressão da questão sócio-racial na produção do espaço urbano brasileiro, com referências comparativas ao contexto português. O recorte temporal privilegia o período pós-abolição e a contemporaneidade, considerando os efeitos históricos da escravidão, da ausência de políticas de integração racial e da urbanização capitalista dependente. Fundamentado no método materialista-dialético, compreende-se o espaço urbano como produto das relações sociais, marcado por contradições de classe e hierarquias raciais. No Brasil, a população negra foi historicamente direcionada a favelas, periferias urbanas e áreas ambientalmente precárias, longe das decisões políticas e dos serviços públicos, resultando no processo de favelização e desigual acesso aos direitos urbanos. Conclui-se que a segregação socioespacial que envolve a população negra não constitui um fenómeno residual, mas estrutural, exigindo políticas públicas comprometidas com a justiça social, racial e com a efetivação do direito à cidade.

Palavras-chave: segregação socioespacial; racismo estrutural; espaço urbano; população negra.

Novas formas de segregação e fragmentação: espaços escolares, segregação vertical e microsegregação

4

Coordenação:

Susana Maria Sassone (Instituto Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas)
Maria Lucinda Fonseca (CEG/IGOT – Universidade de Lisboa)





\\ LT4: Novas formas de segregação e fragmentação: espaços escolares, segregação vertical e microsegregação

Segregação socioespacial e educação geográfica: a linguagem cartográfica como mediadora das leituras estudantis da cidade de Sobral (CE, Brasil)

Allanis Silva dos Santos*

Universidade Estadual Vale do Acaraú

✉ allanissilva051@gmail.com

Glauciana Alves Teles

Universidade Estadual Vale do Acaraú

* Autor correspondente

Resumo: O presente trabalho apresenta reflexões parciais de uma pesquisa de dissertação de mestrado em desenvolvimento, cujo objetivo consiste em analisar o potencial da linguagem cartográfica como instrumento didático para a compreensão da segregação socioespacial no contexto urbano por estudantes do ensino fundamental II. A investigação foi realizada com uma turma de 9º ano de uma escola municipal da rede pública de ensino localizada na periferia do município de Sobral, Brasil. Ao conceber a cidade como produto social, Carlos (2024) propõe compreendê-la como resultado de múltiplas relações sociais, políticas e econômicas. Essas relações, materializadas nas dinâmicas urbanas, expressam desigualdades e contradições inerentes ao processo de produção do espaço. Nessa perspectiva, Corrêa (1991) caracteriza a cidade como um espaço fragmentado e desigual, atributos estruturais do urbano capitalista, no qual diferentes áreas atendem e concentram distintas classes sociais. Tal configuração evidencia as disparidades socioeconômicas e a reprodução de privilégios para determinados grupos. Sob a ótica de Sposito (2013), esse processo configura a segregação socioespacial, fenômeno que, embora vivenciado cotidianamente, nem sempre é apreendido de modo crítico pelos sujeitos. Diante desse cenário, a cartografia, conforme discutido por Passini (2012) apresenta-se como uma ferramenta pedagógica com elevado potencial para favorecer a leitura crítica e a representação da realidade urbana. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, segundo os pressupostos de Gil (2002), e foi estruturada a partir da aplicação de uma sequência didática composta por cinco atividades práticas, envolvendo a elaboração de mapas mentais e a análise de mapas oficiais por parte dos estudantes. Os resultados parciais indicam que os discentes tendem a construir uma percepção fra



-gmentada da cidade, concentrando-se principalmente no bairro em que vivem e estudam, o que reflete as restrições impostas pela segregação socioespacial. Por outro lado, as práticas cartográficas com o uso de mapas oficiais mostraram-se eficazes para tornar visíveis as desigualdades urbanas e suscitar discussões críticas sobre o espaço vivido.

Palavras-chave: segregação socioespacial; linguagem geográfica; ensino de geografia.



\\ LT4: Novas formas de segregação e fragmentação: espaços escolares, segregação vertical e microsegregação

Acesso universal à saúde em regiões de fronteira: o caso da maternidade Brasil-Bolívia e os desafios da inclusão de imigrantes

Silvana Do Valle Leone*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

✉ silvanadovalleleone@hotmail.com

Thais da Silva Alpines

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Elisa Pinheiro de Freitas

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / Universidade Federal do Triângulo Mineiro

* Autor correspondente

Resumo: O estudo analisa o paradoxo entre o discurso de acesso universal ao Sistema Único de Saúde (SUS), assegurado pela Constituição Federal de 1988, e a prática institucional que revela limites na efetivação do direito à saúde em regiões de fronteira. Essa contradição amplia-se à percepção dos profissionais de saúde no atendimento a pessoas imigrantes, uma vez que as limitações de recursos e infraestrutura impactam diretamente a forma como o Estado é percebido e representado no cotidiano hospitalar. A escassez de profissionais, a sobrecarga de trabalho e as deficiências estruturais interferem na qualidade do atendimento e no acolhimento. A pesquisa toma como referência a Maternidade do Hospital da Santa Casa de Corumbá, único hospital público do município, localizado na fronteira Brasil-Bolívia, que se tornou referência no atendimento de mulheres estrangeiras, em sua maioria bolivianas, que buscam partos seguros, acolhimento humanizado e melhores condições assistenciais. O artigo 196 da Constituição Federal assegura que a saúde é direito de todos e dever do Estado, enquanto o artigo 5.º estende essa garantia a brasileiros e estrangeiros. No entanto, a realidade fronteiriça revela que o Estado, embora acolha pelo discurso constitucional, acaba reproduzindo exclusão ao não prover suporte institucional e estrutural capaz de sustentar o atendimento universal. A fragilidade de políticas públicas binacionais, somada às limitações orçamentárias e à sobrecarga da rede local, evidencia uma forma de segregação institucional e territorial que não parte apenas dos sujeitos, mas é repro-



duzida pelo próprio sistema estatal. A pesquisa, de abordagem qualitativa e descritiva, baseia-se em análise documental e observação contextual da maternidade transfronteiriça Brasil-Bolívia, evidenciando-a como espaço de encontro entre culturas e identidades, onde políticas públicas de saúde refletem desafios e desigualdades históricas persistentes.

Palavras-chave: acesso; segregação institucional; SUS; maternidade transfronteiriça; políticas públicas; fronteira Brasil-Bolívia.



\\ LT4: Novas formas de segregação e fragmentação: espaços escolares, segregação vertical e microsegregação

Mundos paralelos en la ciudad intermedia: segregación, estigma y movilidad en dos barrios de Lleida

Carme Bellet Sanfeliu*

Universitat de Lleida

✉ carme.bellet@udl.cat

José Lasala Fortea

Universitat de Lleida

* Autor correspondente

Resumo: La geografía crítica sostiene que la segregación urbana no puede entenderse únicamente en términos de acceso desigual a recursos materiales, sino también como un proceso de producción de identidades, emociones y fronteras simbólicas que condicionan el derecho a la ciudad. Esta comunicación analiza cómo ésta se manifiesta en las percepciones, prácticas y trayectorias de los habitantes de dos barrios contrastantes de Lleida: Ciutat Jardí, de un perfil favorecido, y La Mariola, caracterizado por la vulnerabilidad social y el estigma territorial. El análisis, basado en 35 entrevistas en profundidad y seguimiento GPS de 16 personas, aborda cuatro dimensiones: identidad barrial, límites materiales y simbólicos, movilidad cotidiana y representaciones cruzadas. Los resultados muestran contrastes: en Ciutat Jardí predomina una visión del barrio como espacio seguro, tranquilo y prestigioso, asociada a una morfología de baja densidad y al uso extensivo del coche privado, lo que facilita trayectorias amplias y diversificadas; en La Mariola, en cambio, las percepciones son ambivalentes. Se reconoce la precariedad y el estigma vinculados a inseguridad y marginalidad, pero también la cercanía vecinal, las redes de apoyo y la centralidad del espacio público en la vida comunitaria. Estas condiciones se traducen en trayectorias más acotadas, ligadas a necesidades básicas y con fuerte dependencia del transporte público y la proximidad barrial. Se revela la existencia de fronteras inmateriales que refuerzan la distancia social más allá de la geográfica. Mientras los residentes de Ciutat Jardí configuran circuitos urbanos selectivos y autoreferenciales, los de La Mariola experimentan una exposición más frecuente a otros espacios de la ciudad, aunque sin reconocimiento ni integración. Se concluye que la segregación residencial se expresa más allá de la morfología urbana, inmiscuyéndose en las prácticas y emociones de los habitantes y revelando la importancia de las políticas urbanas orientadas a la justicia espacial y al reconocimiento mutuo.



Palavras-chave: Segregación residencial; trayectorias cotidianas; fronteras simbólicas; estigma territorial; geografía crítica.



\\ LT4: Novas formas de segregação e fragmentação: espaços escolares, segregação vertical e microsegregação

Utopian versus dystopian 15-minute city: modelling elderly accessibility to pharmacies by integrating vertical mobility constraints and 3D network-based walkability in Lisbon

Jorge Rocha*

Centre for Geographic Studies, Institute of Geography and Spatial Planning, University of Lisbon / Associate Laboratory TERRA
✉ jorge.rocha@edu.ulisboa.pt

Iuria Betco

Centre for Geographic Studies, Institute of Geography and Spatial Planning, University of Lisbon / Associate Laboratory TERRA

Eduardo Gomes

Centre for Geographic Studies, Institute of Geography and Spatial Planning, University of Lisbon / Associate Laboratory TERRA

Cláudia M. Viana

Centre for Geographic Studies, Institute of Geography and Spatial Planning, University of Lisbon / Associate Laboratory TERRA

* Autor correspondente

Resumo: The 15-minute city concept encourages access to essential services within a brief walk or bike ride from residents' homes. Pharmacies, being crucial healthcare facilities, play a vital role in residents' well-being and are integral to inclusive urban planning, especially for elderly and mobility-impaired individuals. Achieving equitable access involves considering not only horizontal distance but also the vertical effort necessary to reach street level. Traditional accessibility models usually assume everyone can walk equally and overlook vertical mobility aspects like floor height and elevator access. This can lead to underestimating the actual travel challenges faced by elderly residents in multi-story walk-up buildings. To improve this, we propose a "vertical mobility cost" which accounts for the extra time or effort required to descend from upper floors to the street level. This factor is incorporated into a 3D network-based spatial analysis to provide more accurate accessibility measures. The model was used in Lisbon, Portugal, employing detailed pedestrian network data and building information from geospatial datasets like Lidar. Each residential building received a vertical impedance score depending on its floor count and elevator availability. Using ArcGIS Network Analyst, a cost-distance analysis was performed to find the most efficient routes between buildings and nearby pharmacies, integrating conventional distance and slope factors with a vertical mobility modifier. This method generates refined accessibility surfaces and adjusted isochrones that reflect both detailed building-level cons-



traints and broader urban connectivity. It detects clusters where elderly residents face multiple access challenges and allows simulation of planning scenarios like installing elevators or relocating pharmacies. By including vertical mobility limitations, this approach provides a more inclusive and policy-relevant view of healthcare accessibility for aging city populations.

Palavras-chave: accessibility modelling; elderly mobility; 15-minute city; network analysis; urban health planning.



\\ LT4: Novas formas de segregação e fragmentação: espaços escolares, segregação vertical e microsegregação

Segregación socioespacial y movilidad urbana en ciudades intermedias: un análisis comparativo de los barrios de Larache y La Granja (Ciudad Real, España)

María Ángeles Rodríguez-Domenech*

Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio, Universidad de Castilla-La Mancha

✉ mangeles.rodriguez@uclm.es

* Autor correspondiente

Resumo: Este trabajo analiza los procesos de segregación socioespacial y las desigualdades en la movilidad urbana en la ciudad intermedia de Ciudad Real (España), a partir de un estudio comparativo entre los barrios de Larache y La Granja. La investigación parte del reconocimiento de las ciudades medias como espacios estratégicos de articulación territorial, donde los procesos de diferenciación interna revelan tensiones entre crecimiento urbano, cohesión social y sostenibilidad. A través de una metodología mixta, que combina análisis estadístico, trabajo de campo y técnicas de georreferenciación en Sistemas de Información Geográfica (SIG), se examinan los vínculos entre nivel educativo, composición del hogar, percepción del entorno barrial y patrones de movilidad. Los resultados evidencian una marcada polarización socioespacial. El barrio de Larache concentra población con mayor nivel educativo, ingresos elevados y una movilidad más intensa hacia otros sectores de la ciudad, lo que refleja un acceso privilegiado a oportunidades laborales y de ocio. En contraste, La Granja presenta mayores tasas de desempleo, menor cualificación educativa y una movilidad más restringida, asociada a limitaciones económicas y de infraestructura. Las correlaciones de Pearson revelan relaciones significativas entre educación y movilidad ($r = 0,57$), así como entre desempleo y percepción de inseguridad ($r = -0,53$), confirmando la estrecha relación entre capital educativo, bienestar y acceso a la ciudad. Estos hallazgos reafirman que la segregación socioespacial en ciudades intermedias no constituye un fenómeno residual, sino un componente estructural de su dinámica urbana. Se propone, por tanto, la necesidad de políticas públicas orientadas a reducir las brechas territoriales mediante la mejora del transporte público, la inversión educativa y la participación ciudadana en la planificación urbana, favoreciendo modelos de ciudad más equitativos, cohesionados y sostenibles.



Palavras-chave: segregación socioespacial; movilidad urbana; desigualdad; ciudades intermedias; planificación urbana sostenible.

A produção deste trabalho foi financiada pelo: Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades de la Agencia Estatal de Investigación (MICIU-AEI 10.13039/501100011033/) e por FEDER-UE. Projetos: "Fragmentación y segregación socioespacial en las ciudades medianas españolas y sus áreas urbanas (2001-2021)", que inclui os subprojectos: "Segregación socioespacial y geografías de la vida cotidiana en las ciudades medianas españolas y sus áreas urbanas" (PID2021-124511NB-C21) e "Fragmentación espacial y espacio residencial (vivienda y espacio público) en ciudades españolas de tamaño medio y sus áreas urbanas" (PID2021-124511NB-C22).



\\ LT4: Novas formas de segregação e fragmentação: espaços escolares, segregação vertical e microsegregação

Gated communities and new urban boundaries: exploring religio-residential segregation and inequality in Lucknow City, India

Ratandeep Yadav*

Jawaharlal Nehru University

✉ ratand90_ssf@jnu.ac.in

* Autor correspondente

Resumo: Cities have been experiencing residential segregation based on race, class, ethnicity, and so on. Indian cities have been divided along lines of caste and religion. Lucknow, the capital of Uttar Pradesh, a state of India, also recorded religion-based residential segregation. The city has seen a rise in gated communities in recent years. While these gated enclaves offer their residents safety, security, and a privileged lifestyle, they also have several detrimental effects on the city, including the privatization of parks, public areas, and services, as well as the fragmentation of the urban fabric. Increasing numbers of gated communities lead to further residential segregation based on caste, class, and religion within the cities. This research examines how the emergence of gated communities intersects with the social geographies of the city and reshapes urban boundaries. Whether the rise of gated communities replicated older forms of religio-residential segregation or reconfigured it. This study employs Lefebvre's theory of 'Social production of Space' and Teresa Caldeira's concept of 'Enclaved Urbanism' to explain how gated communities are reshaping Lucknow's urban landscape. Lefebvre's theory argues that urban spaces are not a neutral container but a social product shaped by identity, social relations, power structures, and urban activity. Further, enclaved urbanism highlights how neoliberal cities are being fragmented into privatized, walled communities characterized by security, social separation, and exclusivity. It viewed gated communities as a result of neoliberal urbanism that creates new physical and social boundaries. These boundaries further reinforce residential segregation along many lines, such as class, caste, and religion. Using the latest electoral data from 2022, this study measures the degree of residential segregation of Muslims at the ward level in Lucknow city. Further, all gated communities and their socio-demographic composition will be analysed for Lucknow city to understand the nature of religio-residential segregation in old and newer parts of the city. Drawing on primary survey data, this study explores how gated communities contribute to restricted access, urban fragmentation, and the reinforcement of religio-residential segregation in Lucknow.



Palavras-chave: religio-residential segregation; gated communities, urban inequality.



\\ LT4: Novas formas de segregação e fragmentação: espaços escolares, segregação vertical e microsegregação

Fragmentação socioespacial protagonizada por imigrantes: contributos analíticos e fatores explicativos

Marina Carreiras*

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa

✉ marinacarreiras@edu.ulisboa.pt

* Autor correspondente

Resumo: Diversos bairros centrais das cidades ocidentais são caracterizados pela presença de imigrantes e ocorrência de gentrificação. Os temas de investigação nestes cenários são abrangentes, incluindo debates sobre tensões e laços comunitários entre grupos étnicos distintos residentes num mesmo bairro, diversidade étnica, evolução dos ciclos de investimento e desinvestimento urbano, padrões de concentração e dispersão étnica. São em menor número, os estudos que refletem sobre a coexistência de manifestações da gentrificação (valorização imobiliária e entrada de novos residentes de classes mais altas) e a instalação residencial de grupos de classes mais baixas, em particular imigrantes que desempenham atividades de baixa qualificação e em situação de especial vulnerabilidade. Nesta comunicação, explora-se a segmentação e polarização da imigração como indicador de fragmentação socioespacial e urbana. Tem-se como referência a elevada diversidade e polaridade socioeconómica da imigração em Portugal e os territórios do centro da cidade de Lisboa caracterizados por uma história de imigração marcante, protagonismo da diversidade e por processos recentes de gentrificação pontuados por bolsas de pobreza e estigmatização. Pretende-se refletir sobre: i) limitações e contributos da análise da fragmentação socioespacial através da imigração; ii) fatores endógenos e exógenos indutores deste processo.

Palavras-chave: imigração; fragmentação socio espacial; gentrificação; Lisboa.



\\ LT4: Novas formas de segregação e fragmentação: espaços escolares, segregação vertical e microsegregação

O “direito à cidade” cabe em um bar? (Re)discutindo espaço público e a função algorítmica da cidade a partir de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Helena Szabo Góes Corrêa*

Universidade Federal de Minas Gerais

✉ helenaszabo81@gmail.com

Juliana Luquez

Universidade Federal de Minas Gerais

* Autor correspondente

Resumo: A discussão sobre espaço público envolve, atualmente, o problema de sua definição e usos na vida urbana pós-moderna. Entre a visibilidade e o que é comum (códigos, instituições e espaços que sustentam a vida coletiva (Gomes, 2018; Serpa, 2007)), esses limites ganham novas camadas na era mediada por algoritmos e plataformas, marcada por práticas que deslocam continuamente os modos de reconhecer e mobilizar o “público”. Esse movimento se manifesta em Belo Horizonte, onde discursos oficiais, como “Capital mundial dos bares” e “Cidade do Sim”, articulam-se a práticas cotidianas informadas por visualidades e circuitos de consumo amplificados pelas plataformas digitais. No hipercentro da cidade, onde a concentração de renda, infraestrutura, equipamentos culturais e circuitos de lazer conforma um território seletivo, esses processos se somam a padrões de segregação socioespacial expressos na distribuição desigual de serviços, usos e presenças. Tais discursos refletem estratégias de empreendedorismo urbano (Harvey, 1989), nas quais espetáculo e exibição orientam a gestão da cidade e a atração de fluxos de investimento, transformando a dinâmica dos espaços públicos nas metrópoles contemporâneas. Discutir a função algorítmica da cidade permite atualizar esse debate e reposicionar o sentido do direito à cidade (Lefebvre, 1968). Metodologicamente, revisa-se o conceito lefebvriano de direito à cidade articulado à análise do conteúdo de um vídeo viral no Instagram, tomado como material empírico para identificar apropriações contemporâneas do termo. Essa aproximação permite compreender como a opinião pública opera como evento discursivo e de que forma o conceito tem sido instrumentalizado. Quando o debate urbano se reduz ao horário de funcionamento dos bares, e não às formas pelas quais o lazer é submetido à lógica do consumo, torna-se urgente estabelecer critérios analíticos. O trabalho apresenta, assim,



o percurso de uma investigação sobre espaços públicos na era da performance instagramável e suas implicações para o direito à cidade.

Palavras-chave: espaço público; função algorítmica da cidade; direito à cidade; Belo Horizonte.

Segregação residencial e efeito de bairro: tendências de financeirização, regeneração e gentrificação

5

Coordenação:

Jordi Bayona (Universitat de Barcelona)

Maria Encarnação Spósito (Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente)





\\ LT5: Segregação residencial e efeito de bairro: tendências de financeirização, regeneração e gentrificação

Entre el virus y el estigma: la ciudad segregada en tiempos de crisis sanitaria

Ana Paula Montes Ruiz*

Universidad Nacional Autónoma de México

✉ anapaula.montes@gmail.com

* Autor correspondente

Resumo: Considerando las estructuras espaciales, sociales y simbólicas de la segregación urbana, esta ponencia discute los impactos diferenciados que trajo consigo la crisis sanitaria del COVID-19 en el margen oriental de la capital de México. Nuestro punto de partida conceptual es que los conflictos urbanos ejemplifican las luchas de representación de la ciudad que producen identidades polarizadas y simplificadas de lugares y personas. Desde un enfoque de investigación cualitativa basada en técnicas mixtas, rastreamos las múltiples expresiones de estigmatización socioterritorial que recayeron sobre Nezahualcóyotl, un municipio conurbado de la Zona Metropolitana del Valle de México con una larga historia de autoconstrucción, marginalidad y segregación. Encontramos que las medidas genéricas de distanciamiento social se administraron de manera inconsistente, ya que el gobierno local desplegó un control represivo sobre las prácticas de la economía informal por razones sanitarias y simbólicas. La representación colectiva que hizo la prensa, gobierno local y los ciudadanos de Nezahualcóyotl, utilizando etiquetas perjudiciales que lo marcan como un lugar peligroso, constituye una forma de dominación simbólica que recae sobre el territorio que, sin embargo, no explica a cabalidad las causas sociales fundamentales de las condiciones de salud y enfermedad ni tampoco las consecuencias de la forma específica que adquirió la gestión de la emergencia sanitaria en este municipio. Los hallazgos posicionan al comercio en la vía pública en el centro de las múltiples expresiones de la estigmatización socioterritorial que emergieron en la coyuntura de la emergencia sanitaria por COVID-19 en Nezahualcóyotl. La cobertura mediática de la crisis sanitaria volvió a movilizar los imaginarios de la “ciudad saludable” y la “suciedad de los pobres” que, desde antes de la pandemia, ocupaban una posición central en los argumentos que usan las clases medias y las élites políticas y económicas urbanas de México para “sanear” áreas urbanas estratégicas para la inversión económica y turística.

Palavras-chave: estigmatización socioterritorial/represión policial; crisis del espacio público, vigilancia.



\\ LT5: Segregação residencial e efeito de bairro: tendências de financeirização, regeneração e gentrificação

Residências universitárias na vanguarda da financeirização do espaço urbano e os novos fatores da estudantização

Bruno Riani Costa*

Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP) / Universitat de Barcelona

✉ bruno.riani@unesp.br

* Autor correspondente

Resumo: As residências para estudantes universitários tornaram-se na última década uma classe de ativos altamente estimada por investidores globais. Já consolidado em países como Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, França e Alemanha, o setor das assim chamadas *purpose-built student accommodations* (PBSAs) privadas tem crescido por sobre novos territórios: a Espanha tem sido alvo preferencial dos investidores do ramo, ao passo que Portugal emerge como um mercado promissor. Já no Brasil, vale mencionar, o setor ainda é incipiente e as primeiras PBSAs privadas de diferentes cidades têm sido inauguradas nos últimos anos. Em Barcelona, cuja presente pesquisa (em curso) toma como principal estudo de caso, notou-se, dentre outras coisas, que os principais agentes do segmento são gestoras de fundos de investimento. Nota-se também que é um segmento em franca expansão, adicionando mais uma camada de complexidade à disputa pela produção do espaço de uma cidade que já se vê saturada pelo turismo de massa. Neste quadro, o poder público local tem sido incitado a tratar da questão: as residências estudantis foram incluídas no plano especial urbanístico sobre alojamentos turísticos (PEUAT) e normas têm sido propostas com o objetivo de regulamentar o setor. Enquanto isso casos específicos, como a construção em curso de três PBSAs privadas próximas ao antigo estaleiro (*Drassanes*), em uma região do centro da cidade marcada por contrastes, reacende os debates sobre *studentification* em um novo contexto. Dois destes prédios, aliás, são parte de um mesmo complexo e estão sendo levantados em terrenos antes reservados integralmente à construção de moradia social. Através do relato deste caso – que passa pela disputa entre um coletivo de vizinhos, representantes do poder público municipal e empreendedores do ramo imobiliário – e do engajamento com a literatura que trata da *studentification*, discutiremos como o atual quadro de financeirização implica em novos processos de segregação socioespacial.

Palavras-chave: residências universitárias; financeirização; *studentification*.



\\ LT5: Segregação residencial e efeito de bairro: tendências de financeirização, regeneração e gentrificação

Uma análise da relação entre militarização e financeirização do espaço urbano e suas repercussões no processo de segregação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro

Felipe Rangel Tavares*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

✉ tavares.geo@gmail.com

* Autor correspondente

Resumo: A questão da (in)segurança revela-se como eixo fundamental para compreender a produção do espaço urbano na contemporaneidade: a multiplicação dos dispositivos tecnológicos de vigilância e monitoramento, as medidas políticas para “defesa da população” de “riscos” e “ameaças latentes” e, a proliferação de equipamentos voltados à proteção individual, patrimonial e coletiva - como os condomínios residenciais fechados - são evidências de um complexo processo denominado militarização do espaço. Neste trabalho, analisamos como o fenômeno da militarização torna-se indispensável à dinâmica de financeirização do espaço urbano, a partir da experiência da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que a insegurança se tornou peça chave para as grandes incorporadoras e construtoras imobiliárias mercantilizar o solo urbano. A violência se transforma em oportunidade de negócios na cidade do capital: seja para oferta no mercado imobiliário de verdadeiros enclaves residenciais monitorados em áreas marcadas pela criminalidade violenta, seja para fomentar e reproduzir os privilégios de determinadas áreas da cidade que, por gozar da ausência de operações policiais frequentes e conflitos armados, se configuram como “bolhas de segurança” numa metrópole em tensão. A partir do levantamento e cruzamento de informações sobre o orçamento do Estado direcionado à pasta da segurança pública, das operações policiais realizadas no território, das ocorrências de conflitos em áreas conflagradas e do lançamento de empreendimentos imobiliários e o preço do metro quadrado nas diferentes zonas da cidade do Rio de Janeiro, reunimos elementos suficientes para afirmar que a financeirização e a militarização do espaço são processos inter-relacionados que aprofundam o processo de segregação socioespacial. A insegurança e a violência são instrumentalizadas na mercadificação do espaço, revelando uma gestão necropolítica do urbano onde há espaços do “fazer-viver” e, portanto, mais valorizados, e espaços do “deixar-morrer”, marcados, sobretudo, por dinâmicas de racialização.



**II Simpósio
Ibero-Americano
de Segregação Socioespacial
Urbana**

Palavras-chave: militarização; financeirização; insegurança; segregação; Rio de Janeiro.



\\ LT5: Segregação residencial e efeito de bairro: tendências de financeirização, regeneração e gentrificação

Residential segregation and the making of Muslim urban marginality in national capital of India – Delhi: persistence, representation, and spatial transformation

Hurmuz Yuman*

Tata Institute of Social Sciences

✉ hurmuzzyuman@gmail.com

* Autor correspondente

Resumo: The paper examines the historical and contemporary dynamics of residential segregation among Muslims in Delhi, analysing how urban restructuring, political violence, and socio-economic exclusion have shaped the spatial morphology of Muslim neighbourhoods in the Indian metropolis. Drawing upon ethnographic fieldwork and secondary sources, the study situates Delhi's Muslim localities, such as Seelampur, Jaffrabad, and Okhla, within broader debates on urban marginality, neighbourhood effects, and the representation of segregated spaces. Tracing the trajectory from the colonial period to post-liberalization urban development, the paper argues that urban planning, communal conflict, and market-driven financialization have together entrenched religious segregation while simultaneously producing new internal class divisions within Muslim enclaves. The forced evictions during the Emergency, real estate exclusion, and discriminatory housing practices have contributed to the peripheralization of Muslim populations into low-infrastructure areas, while middle-class Muslims cluster in emerging "citadels" such as Zakir Nagar or Nizamuddin West, illustrating a fragmented pattern of regeneration without inclusion. Furthermore, the symbolic representation of Muslim spaces as "unsafe," "illegal," or "backward" in public discourse and media contributes to their stigmatization, reinforcing material neglect by the state. These representations reproduce the "neighbourhood effect," where stigma and exclusion constrain residents' mobility, aspirations, and access to public goods. By connecting Delhi's case to Global South urbanism, the paper contributes to comparative debates on how segregation is reconfigured under neoliberal financialization and identity-based politics, offering insights into the persistence and transformation of socio-spatial inequality in postcolonial cities.

Palavras-chave: residential segregation; ghettoization; Delhi; neighbourhood effect; urban marginality; spatial stigma; global South urbanism.



\\ LT5: Segregação residencial e efeito de bairro: tendências de financeirização, regeneração e gentrificação

Turismo, segregação socioespacial e mudanças climáticas no litoral norte de São Paulo, Brasil

Larissa Prado Rodrigues*

Universidade de São Paulo

✉ larissa4912@hotmail.com

Rita de Cássia Ariza da Cruz

Universidade de São Paulo

Jaqueline Flória Baumgaertner

Universidade de São Paulo

* Autor correspondente

Resumo: O turismo de massa em países latino-americanos tem revelado a voracidade dos incorporadores imobiliários, que há décadas operam produzindo um espaço urbano costeiro segregado voltado ao uso turístico. Na costa brasileira, observa-se a desapropriação de terrenos públicos mais planos e próximos ao mar para construção de hotéis e segundas residências destinados às classes médias e às elites, ampliando as desigualdades socioespaciais da região ao expulsar os antigos moradores (nativos) de terras privatizadas por empresários do turismo. No Litoral Norte de São Paulo, onde a planície litorânea é estreita e margeada por uma serra íngreme, as populações, muitas vezes trabalhadores pobres dos setores formal e informal do turismo, são expostas a desastres ao serem relegadas a zonas de alta declividade, impróprias para moradia. Com o aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos em virtude das mudanças climáticas, são essas populações que mais têm sofrido com os seus impactos. Tais desigualdades revelam as precárias condições socioeconômicas dos trabalhadores que buscam oportunidades de emprego em localidades turísticas litorâneas. Este estudo analisa os conflitos em torno da relação entre mudanças climáticas, eventos extremos e produção da segregação socioespacial a partir do turismo, tomando como estudo de caso a Vila Sahy, em São Sebastião/SP, fortemente impactada por chuvas extremas em fevereiro de 2023. A tragédia demonstra como a combinação de fatores naturais e a urbanização orientada para o turismo de massa, que atua como vetor na produção da segregação ao empurrar populações empobrecidas para habitar áreas suscetíveis a deslizamentos,



pode aumentar o risco de incidentes graves, incluindo mortes. Em última instância, os eventos climáticos recentes escancaram o papel do turismo nas injustiças socioespaciais e exigem uma reflexão sobre os aspectos "não naturais" desses desastres, especialmente do avanço do urbanismo neoliberal envolvendo processos de desapropriação de terras costeiras em nome da exploração turística que negligencia demandas sociais.

Palavras-chave: turismo; produção do espaço; eventos climáticos extremos; áreas costeiras; São Paulo; Brasil.



\\ LT5: Segregação residencial e efeito de bairro: tendências de financeirização, regeneração e gentrificação

Fragmentação socioespacial e financeirização da habitação popular: o Programa Minha Casa, Minha Vida e a reconfiguração da segregação urbana no Brasil

Bruno Silva Barbosa*

Universidade Federal de Pernambuco

✉ bsb.arqueurb@gmail.com

Sinara Raquel Sabino Pereira da Silva

Universidade Federal de Pernambuco

* Autor correspondente

Resumo: O presente trabalho analisa a relação entre políticas habitacionais e a fragmentação socioespacial no contexto urbano brasileiro, tomando como estudo o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). A partir de uma abordagem crítica, discute-se como a implementação do programa, embora voltada à ampliação do acesso à moradia para a população de baixa renda, tem contribuído para a perpetuação e reconfiguração da segregação urbana. Observa-se que a localização dos empreendimentos, majoritariamente em áreas periféricas e pouco integradas às centralidades urbanas, reforça padrões históricos de desigualdade e exclusão. A análise fundamenta-se em autores como Lacerda (2012), Rolnik, Guerreiro e Santoro (2024) e Cirino (2023), que permitem compreender a fragmentação socioespacial como um fenômeno articulado à financeirização do espaço urbano. Nesse sentido, o PMCMV é interpretado como parte de um modelo de produção habitacional ancorado na lógica do capital financeiro e na captura do solo urbano pela especulação imobiliária. Tal processo evidencia uma transição da política pública de habitação social para um mecanismo de valorização territorial e de normatização dos modos de morar, o que limita o direito à cidade e aprofunda a segmentação socioespacial. Conclui-se que o PMCMV, apesar de representar um avanço significativo na ampliação do acesso à moradia, apresenta resultados desiguais quanto à integração urbana e social. Em diversos contextos, especialmente onde os empreendimentos se localizam em áreas periféricas e pouco articuladas às redes de transporte e serviços, a contribuição do programa para a redução da fragmentação socioespacial mostrou-se menos efetiva. Ainda assim, o programa evidencia a importância de políticas habitacionais de grande escala no enfrentamento do déficit habitacional brasileiro, ao pa-



so que ressalta a urgência de estratégias complementares que articulem habitação, mobilidade e integração territorial, de modo a promover cidades mais coesas e equitativas.

Palavras-chave: habitação popular; segregação socioespacial; fragmentação urbana; financeirização; política habitacional.



\\ LT5: Segregação residencial e efeito de bairro: tendências de financeirização, regeneração e gentrificação

O descompasso da política urbana sob a lente da questão habitacional: o centro histórico de Santos/SP na interlocução das políticas públicas

Werick Cordeiro Baeta*

Universidade Federal de São Paulo

✉ werick.baeta@unifesp.br

* Autor correspondente

Resumo: O presente trabalho objetiva analisar os paradigmas da política urbana sob o prisma da questão habitacional na região central e histórica da cidade de Santos. O processo metodológico é orientado por meio da pesquisa bibliográfica e exploratória — consolidada por dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relatórios municipais e veículos de imprensa. Buscamos entender como as políticas urbanas estão alinhadas sob a gentrificação neoliberal e aumento da verticalização de moradias; compostas por elementos que norteiam o estímulo ao empreendedorismo urbano através da reestruturação financeira ampliada pelos serviços de privatizações e negócios empresariais acerca das políticas locais de desenvolvimento e ao mercado imobiliário. O debate sobre as políticas públicas visa esclarecer os principais problemas urbanos referente ao déficit habitacional, precariedade de habitações coletivas enquanto cortiços e vulnerabilidades da população em situação de rua. No entanto, a administração municipal é o principal responsável pelo gerir os sistemas de gestões de infraestrutura urbana, destacando a importância da institucionalização da Secretaria de habitação ainda inexistente que vise a transparência e garanta as condições necessárias para a qualidade de vida de todos.

Palavras-chave: política urbana; habitação; centro histórico; espaço urbano; cidade de Santos.



\\ LT5: Segregação residencial e efeito de bairro: tendências de financeirização, regeneração e gentrificação

Cidades fragmentadas: entre a abolição do vernacular e a restituição da pluralidade epistémica

Jessica Bruno*

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra / Frame Colectivo

✉ jessicabruno@ces.uc.pt

Rik Apolo de Carvalho

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra / Frame Colectivo

Gabriela Salazar

Frame Colectivo

* Autor correspondente

Resumo: Partindo de um projecto de arquitectura, sociologia e arte que articula quatro territórios da área metropolitana de Lisboa (Mouraria, segundo Torrão, Casal de São Brás e Quinta do Mocho), esta comunicação, em diálogo como o trabalho de artistas do Sul Global em residência, visa discutir os formatos através dos quais a segregação espacial e simbólica é (re)produzida e contestada pelas comunidades e movimentos sociais. Com recurso à arquitectura expandida enquanto metodologia crítica, questionamos a própria arquitectura enquanto dispositivo de poder elitista, colonial, capitalista e patriarcal propondo uma leitura decolonial e contra colonial do espaço urbano, para denunciar os mecanismos de racialização e invisibilização que transformam bairros periférico em autênticas “zonas de não-ser” (Fanon, 2008). Neste sentido, buscamos tensionar e desarmar o conceito de “vernacular” historicamente mobilizado para estetizar e subalternizar formas de habitar não europeias, fixando alteridade. Ao colocar em relação os territórios da Mouraria, Segundo Torrão, Casal de São Brás e Quinta do Mocho, pretende-se reconstruir um arquivo vivo de resistências urbanas que confrontam diretamente as lógicas da financeirização neoliberal, através de práticas quotidianas de convivência e inter-hospitalidade. Partimos da premissa de que “a liberdade é |sempre| um lugar” e a cidade deve, ainda, ser possibilidade.



Palavras-chave: periferia-centro; abolição do vernacular; restituição; Lisboa; arquitetura expandida.



\\ LT5: Segregação residencial e efeito de bairro: tendências de financeirização, regeneração e gentrificação

O mercado de habitação português e as novas disparidades territoriais

Gonçalo Antunes*

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de
Ciências Sociais NOVA FCSH

✉ ga@fcsh.unl.pt

Jorge Ferreira

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de
Ciências Sociais NOVA FCSH

João Seixas

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de
Ciências Sociais NOVA FCSH

Margarida Picanço

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de
Ciências Sociais NOVA FCSH

Rui Pedro Julião

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de
Ciências Sociais NOVA FCSH

Cristina Morgado

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de
Ciências Sociais NOVA FCSH

* Autor correspondente

Resumo: Ao longo da última década, o mercado habitacional português registou uma transformação profunda, com os valores medianos do metro quadrado a duplicarem entre 2016 e 2024. Este aumento revela-se ainda mais expressivo em determinados territórios particularmente pressionados, como é o caso da Área Metropolitana de Lisboa, do Algarve, da Área Metropolitana do Porto e da Região Autónoma da Madeira. O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a forma como se ampliaram, no contexto nacional, as disparidades espaciais e imobiliárias, e como essa transformação tem contribuído para a configuração de um território progressivamente mais heterogéneo e segregado, realidade que se evidencia com especial gravidade nas regiões mais urbanizadas e expostas à pressão do mercado imobiliário. Os dados quantitativos utilizados permitem comparar os cenários de 2016 e 2023, e indicam que a recente valorização do mercado habitacional em Portugal tem vindo a reforçar os processos de desigualdade socioespacial e poderá contribuir igualmente para a construção de uma nova organização territorial, marcada por um cenário de maior desigualdade.

Palavras-chave: acesso à habitação; mercado de habitação; mercado imobiliário; desigualdade.



\\ LT5: Segregação residencial e efeito de bairro: tendências de financeirização, regeneração e gentrificação

(Re)produção e padrões de segregação socioespacial nas cidades brasileiras de Aracaju (SE) e Maceió (AL)

Ianael Layse de Souza Rodrigues

Universidade Federal de Alagoas

Bruna Maria Ferrari Machado*

Universidade Federal de Alagoas

✉ bruna.doria@ifal.edu.br

Débora Cavalcanti

Universidade Federal de Alagoas

* Autor correspondente

Resumo: As cidades brasileiras refletem um processo de urbanização acelerado e excludente na produção do espaço. Segundo Villaça (2001), a segregação urbana é um processo estrutural, caracterizado pela distribuição desigual dos grupos sociais no território, resultante da valorização do solo, que favorece as classes de maior renda e relega as de baixa renda a áreas ambientalmente frágeis, com menor investimento público e baixa valorização imobiliária. A pesquisa parte da problemática da desigualdade socioespacial nas cidades brasileiras, ao investigar como Estado e mercado imobiliário produzem territórios excludentes, nos quais a habitação se configura como vetor central da fragmentação urbana. Este estudo investiga comparativamente os processos de segregação urbana em Maceió e Aracaju, cidades do Nordeste brasileiro, a partir das dinâmicas na distribuição da moradia em seus territórios. Nesse sentido, a metodologia inclui levantamento bibliográfico, análise documental e mapeamento dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) nas duas capitais. Embora Maceió e Aracaju apresentem diferentes concepções de planejamento urbano, sendo Aracaju uma cidade projetada originalmente, ambas reproduziram, nas últimas décadas, padrões de segregação urbana estimulados por políticas habitacionais estatais, aplicadas de forma indiscriminada em todo o país. O PMCMV tem promovido a construção de moradias em áreas afastadas e desvalorizadas, com infraestrutura, serviços e mobilidade limitados. Os resultados indicam que a segregação urbana não decorre apenas da falta de planejamento, mas também ocorre em cidades projetadas quando as políticas



habitacionais reproduzem lógicas de exclusão. O PMCMV reduz o déficit habitacional, mas incide na inadequação habitacional, consolidando um habitar periférico e promovendo a concentração espacial da pobreza, que é, simultaneamente, causa e consequência das oportunidades de vida restritas da população de baixa renda. Ao assegurar a moradia em áreas desconectadas do tecido urbano, o programa habitacional reforça a lógica capitalista que nega o direito à cidade, perpetuando as desigualdades socioespaciais, indistintamente.

Palavras-chave: segregação urbana; PMCMV; habitação; Maceió; Aracaju.



\\ LT5: Segregação residencial e efeito de bairro: tendências de financeirização, regeneração e gentrificação

Da estabilização à segregação pelo topo: evolução recente da segregação residencial em metrópoles e cidades médias portuguesas

Jorge Malheiros*

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa
✉ jmalheiros@edu.ulisboa.pt

Diogo Gaspar Silva

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa

* Autor correspondente

91

Resumo: Nas últimas duas décadas, a evolução espaço-temporal da segregação residencial nas capitais europeias, analisada a partir das suas dimensões mais clássicas – classes sociais e grupos étnico-nacionais – tem revelado, em diversos contextos, sinais de estabilização e mesmo de dessegregação, contrariando tendências anteriores marcadas pelo crescimento da segregação socioespacial urbana (Tammaru et al., 2016; Ubareviciene et al., 2025). Contudo, esta aparente inflexão pode corresponder a um processo temporário, associado a transformações sociodemográficas mais amplas nas áreas centrais, onde processos de gentrificação clássica e turística têm promovido fases transitórias de maior *mix* social. Argumenta-se que, à medida que o processo de *filtering up* se consolida, a diversidade social tende a ser substituída por uma crescente homogeneização pelo topo, podendo reconduzir ao crescimento da segregação residencial e de novas formas de segregação. Neste contexto, coloca-se a hipótese de que, em Portugal, os níveis de segregação medidos a partir dos grupos socioprofissionais e étnico-nacionais nas duas áreas metropolitanas (Lisboa e Porto) e em três das principais cidades médias (Braga, Coimbra e Viseu) terão tendencialmente estabilizado ao longo do primeiro quartel do século XXI, embora com reconfigurações internas relevantes. Com base em dados intercensitários, complementados por informação sobre a dinâmica imobiliária recente, esta comunicação analisa a evolução da segregação residencial enquanto instância urbana recorrente, procurando identificar as suas principais tendências e diferenciações territoriais. Em particular, explora-se a hipótese de consolidação de uma segregação pelo topo, traduzida no aumento da dissimilaridade espacial dos grupos de maior estatuto socioeconómico, nacionais e estrangeiros, face aos restantes grupos. Os



resultados sugerem que, mais do que um processo linear de dessegregação, se assiste à consolidação de padrões de fragmentação socioespacial, associados à capacidade seletiva de determinados grupos numa conjuntura de mercado imobiliário crescentemente financeirizado, contribuindo para a produção de uma cidade mais desigual.

Palavras-chave: segregação residencial; gentrificação; cidades médias; áreas metropolitanas; financeirização; imobiliário.

Movimentos sociais urbanos, resistência e segregação: tensões, dilemas e articulações

6

Coordenação:

Jorge Barbosa (Universidade Federal Fluminense)

Luís Mendes (CEG/IGOT – Universidade de Lisboa)





O centro histórico de Salvador: entre o tombamento e o silenciamento social

Ana Carolina Ramos*

Universidade de São Paulo

✉ ana.ramos@usp.br

* Autor correspondente

Resumo: O Centro Histórico de Salvador foi reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1985 e tombado pelo IPHAN em 1984, devido ao seu valor histórico, cultural e arquitetônico. Embora seja amplamente destacado pelo patrimônio de origem europeia, a área apresenta forte presença afro-brasileira, expressa em manifestações culturais, festas religiosas, grupos de percussão e bens imateriais, como o samba e a culinária típica. Historicamente, o nome Pelourinho remete ao período colonial e à violência da escravidão. Atualmente, porém, é um espaço de celebração cultural e turística, ainda que carregue essa memória dolorosa. Desde o século XX, diversas ações de preservação e revitalização foram implementadas, muitas delas voltadas para a atração do turismo e a valorização do patrimônio material. Entretanto, o patrimônio imaterial e as comunidades originais foram, em grande parte, marginalizados ou deslocados. As políticas de recuperação, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1990, priorizaram a restauração arquitetônica, o desenvolvimento econômico e o marketing da cultura afro-baiana. Esse processo gerou gentrificação, afastando a população de baixa renda e criando uma imagem comercial da cultura local. Assim, as intervenções reforçaram o caráter turístico e cenográfico do Pelourinho, muitas vezes excluindo os moradores tradicionais e sua história, transformando-o em uma mercadoria cultural de valor simbólico, mas marcada por tensões sociais e culturais. O processo de revitalização do Centro Histórico contribuiu para a exclusão parcial da população local, ao priorizar a atividade turística para atrair a elite e turistas, sem investir em projetos de moradia popular. Apenas durante a sétima etapa do Programa de Revitalização do Centro Histórico, por meio da mobilização popular, foi possível interromper os processos de expulsão e pressionar o poder público a investir em programas de habitação social, garantindo a permanência da população residente. Assim, o objetivo do trabalho é analisar as tensões e desdobramentos do processo de revitalização do Centro Histórico de Salvador entre o poder público e os moradores remanescentes no local.



Palavras-chave: patrimônio; centro histórico; Salvador; segregação; resistência.



\\ LT6: Movimentos sociais urbanos, resistência e segregação: tensões, dilemas e articulações

AUGI de novo tipo: segregação socioespacial e populismo

Demétrio Alves*

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra

✉ deca50@outlook.pt

* Autor correspondente

Resumo: Uma das principais formas de segregação urbana e socioespacial muito característica na Área Metropolitana de Lisboa, é a que se materializou durante décadas na forma de bairros clandestinos, posteriormente (1995) designados por AUGI – Áreas Urbanas de Gênese Ilegal. Após um longo período de contenção e reconversão está-se perante um surto de novo tipo caracterizado por ocupações ilegais de parcelas de solo rústico com casas prefabricadas. Sendo uma das consequências da actual crise de rendas e preços altos verificada na habitação, esta anomalia que empurra alguns extractos sociais para uma anacrónica e aparente solução, verifica-se que diversos representantes políticos, de partidos ou de movimentos de cidadãos, tanto emergentes como mais antigos, especialmente quando em competição eleitoral, inclinam-se para acolher este tipo de ocupação urbanisticamente ilegal de solo rústico, como se fosse uma legítima reivindicação popular. Sendo conhecidas as consequências das ocupações acontecidas durante a segunda metade do século XX através das AUGI, que tiveram largo impacto negativo pelas suas características de expansão urbana dispersa, de baixa densidade e sem a adequado enquadramento de legalidade urbanística, designadamente a ausência de infra-estruturas e equipamentos sociais adequados, é necessário analisar os contornos profundos desta informalidade de novo tipo para a poder contrariar. O consumo e impermeabilização de solo, a geração exponencial de tráfego automóvel e os consequentes impactos ambientais e de ineficiência socioeconómica à escala metropolitana, as enormes despesas de investimento e de exploração das infra-estruturas de electricidade, águas, esgotos e arruamentos, bem como os alargados circuitos de recolha de RSU (Resíduos Sólidos Urbanos), e muitos outros aspectos nefastos a nível sociocultural, estão de novo presentes nesta tendência que surge em clara oposição aos princípios definidos nos referenciais técnico-científicos, e, em boa parte, já vertidos na principal legislação vigente.

Palavras-chave: iliteracia territorial; ordenamento; populismo; direitos de propriedade; programas políticos.



\\ LT6: Movimentos sociais urbanos, resistência e segregação: tensões, dilemas e articulações

Territorialidades de esquerda em Rio Claro/SP: mobilização popular, luta pela cidadania e direito à cidade

Vinicius Cesar Sitolin*

Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Laboratório de Estudos Territoriais (LAET)

✉ vc.sitolin@unesp.br

Dayana Aparecida Marques de Oliveira*

Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Laboratório de Estudos Territoriais (LAET)

* Autor correspondente

97

Resumo: Partindo do recorte espacial de Rio Claro, localizada no estado de São Paulo, no sudeste do Brasil, este trabalho discute como a territorialidade articulada por partidos políticos de esquerda mobilizam uma agenda em prol da cidadania e, consequentemente, da ampliação do direito à cidade. Rio Claro possui um cenário político conservador, pelo fato de não haver representação de esquerda na câmara municipal desde 2016, gerando um ambiente hostil para movimentos progressistas e certos grupos sociais. Para abordar essas tensões presentes na cidade, será analisada a territorialidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se consolida a partir da interação com outros grupos da cidade que se identificam como representações de esquerda em Rio Claro. Para atingir os objetivos mencionados, a discussão proposta está pautada nos seguintes autores: Haesbaert (2004) para compreender território e territorialidade; Pedon (2013) e Magalhães (2013) para discutir sobre movimentos sociais; Santos (2013), Burgos (2005) e Castro (2005) para abordar a cidadania. Como metodologia foi adotado a revisão bibliográfica, análise de notícias, trabalho de campo e entrevistas semiestruturadas com os militantes. Como resultado, ficou evidente que o partido tem buscado tensionar a conjuntura local com suas manifestações e articulações com outros grupos para constituir sua territorialidade, dando visibilidade para pautas voltadas à ampliação de direitos, dentre as quais destaca-se o apoio aos moradores do Horto. Trata-se de um conjunto de assentamentos presentes no Horto Florestal da cidade que estava passando por um processo de reintegração de posse, porém este processo foi barrado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) graças à mobilização popular. O Horto localiza-se em uma área valorizada da cida-



de, a qual está inserida na lógica de especulação pelo mercado imobiliário. Ao apoiar os moradores, o PCB se faz presente na luta por moradia e ampliação do direito à cidade em Rio Claro.

Palavras-chave: territorialidade; cidadania; partidos políticos de esquerda; mobilização popular; Rio Claro; São Paulo.



\\ LT6: Movimentos sociais urbanos, resistência e segregação: tensões, dilemas e articulações

Segregação, vulnerabilidade e justiça climática na Área Metropolitana de Lisboa: habitar entre riscos e insurgências

Beatrice Lorenz Fontolan*

Universidade de Lisboa / Universidade Tecnológica Federal do Paraná

✉ fontolanbeatrice@gmail.com

Sílvia Jorge

CiTUA – Centro para a Inovação em Território, Urbanismo e Arquitetura, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

* Autor correspondente

Resumo: Num contexto marcado por uma grave crise habitacional, fortes desigualdades territoriais e impactos crescentes das alterações climáticas, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) revela dinâmicas de segregação que expõem a vulnerabilidade de grupos tendencialmente marginalizados e invisibilizados pelo Estado, incapazes de aceder ao mercado de habitação. Este trabalho propõe uma reflexão sobre as interseções entre segregação habitacional, vulnerabilidade climática e capacidade de resposta a estes desafios, procurando compreender os riscos e insurgências presentes. As populações com poucos rendimentos, migrantes, mulheres e mais velhas enfrentam de forma desproporcional os efeitos das alterações climáticas – desde a exposição a inundações e ondas de calor até à precariedade energética e habitacional –, mas as políticas de mitigação e adaptação nem sempre incidem sobre estes territórios e grupos mais vulneráveis, alheados da resposta aos problemas que enfrentam. Inspirando-se nos debates latino-americanos sobre justiça climática e direito à cidade, a proposta interpreta a segregação não apenas como um processo espacial, mas também como uma expressão política e ambiental da desigualdade, a partir da realidade da Área Metropolitana de Lisboa e, especificamente, de um bairro particularmente vulnerável, o Segundo Torrão, em Almada. Ao mesmo tempo, sublinha as insurgências dos movimentos sociais e coletivos – desde associações de moradores a plataformas pelo direito à habitação – como agentes centrais de mudança e construção de alternativas de luta por uma vida mais digna. Ao analisar estas tensões entre segregação, resistência e acesso à habitação, este trabalho procura contribuir para o debate sobre novas formas de ação coletiva que articulem justiça territorial, climática e habitacional a partir do campo da interseccionalidade, propondo ca-



minhos para um planeamento urbano mais democrático e equitativo.

Palavras-chave: segregação socioespacial; injustiça climática; habitação; insurgências; Área Metropolitana de Lisboa.



\\ LT6: Movimentos sociais urbanos, resistência e segregação: tensões, dilemas e articulações

A segregação socioespacial LGBT no Largo do Arouche, São Paulo

Luiz Henrique Alves de Oliveira*

Universidade de São Paulo / Universitat de Barcelona

✉ luiz.deoliveira@usp.br

* Autor correspondente

Resumo: O Largo do Arouche e suas imediações aparece no cotidiano como “a região do Arouche” ou “o bairro do Arouche” ou simplesmente “o Arouche”, envolvendo não apenas as praças do Largo, mas também a Praça da República e ruas do entorno. Este fragmento de espaço da metrópole paulistana é um espaço de uso de diversos grupos LGBTs, que o ocupam de diversas formas e o fazem historicamente, desde pelo menos a década de 1960. Além desta ocupação histórica, de acordo com o Censo de 2022, a República (bairro oficial onde se localiza o Arouche) é o bairro com maior número de casais homoafetivos do Brasil, sendo reivindicado o reconhecimento oficial do Arouche como um “bairro LGBT” por ativistas, comerciantes locais e movimentos sociais. Porém, propomos superar a visão de um bairro LGBT como simples concentração de corpos e grupos LGBTs, em direção ao seu entendimento enquanto um espaço socialmente produzido por esses grupos, que se apresenta como possibilidade do livre exercício, descoberta e fruição de sua sexualidade, da construção de sua identidade de gênero e da liberdade sobre seus corpos. A partir de uma leitura marxista-lefebvriana com base na Geografia Urbana Crítica Radical e a Teoria da Reprodução Social, entendemos que o Largo do Arouche pode ser entendido como uma expressão da segregação socioespacial de grupos LGBTs na metrópole paulistana. Esta segregação se institui dialeticamente: por um lado, como um fragmento de espaço de segurança e liberdade afetiva e sexual que está segregado do restante da metrópole, produzida como negação do sentido da vida urbana; por outro, como um lugar de encontro e apropriação desses grupos, que buscam restituir o sentido da cidade em uma práxis criativa e transformadora.

Palavras-chave: LGBTs; segregação socioespacial; Largo do Arouche



\\ LT6: Movimentos sociais urbanos, resistência e segregação: tensões, dilemas e articulações

Cartografia social aplicada nas comunidades deslocadas a partir da dinâmica turística em Maragogi, Alagoas-Brasil

Poliane Camila Lima dos Santos*

Universidade Federal da Bahia

✉ poliane.santos@igdema.ufal.br

Lilian Rose Fidelis dos Santos

Universidade Federal de Alagoas

Diogo Cavalcanti Galvão

Universidade Federal de Alagoas

* Autor correspondente

Resumo: Esta pesquisa analisa os impactos da turistificação do território tradicional pesqueiro do distrito de São Bento, em Maragogi-AL/BRA. Amparados metodologicamente na Cartografia Social e Participativa, evidencia-se como pescadores e marisqueiras locais percebem e representam as transformações territoriais, decorrentes da pressão dos empreendimentos turísticos, sobre suas práticas culturais, sociais e econômicas. Os mapas elaborados coletivamente revelam conflitos invisibilizados, como o bloqueio de acessos à praia, a expulsão indireta de moradores de áreas de ocupação tradicional e a perda de espaços comunitários. A partir desta pesquisa identificamos que a comunidade tradicional está sendo expulsa indiretamente dos locais onde residiam para áreas sem infraestrutura para dar lugar à empreendimentos turísticos como pousadas, hotéis e casas de alugueis por temporada, é o que segregando espacialmente o distrito de São Bento em Maragogi/AL, Brasil. A pesquisa também propõe a cartografia social e participativa como instrumento de resistência e denúncia, ao mesmo tempo em que fortalece o protagonismo comunitário e aponta alternativas como o turismo de base comunitária que integrem as atratividades locais à riqueza cultural das comunidades, promovendo práticas que respeitem e valorizem seus saberes, expressões e dinâmicas socioterritoriais.

Palavras-chave: cartografia social; território; turistificação; segregação espacial; resistência comunitária.



\\ LT6: Movimentos sociais urbanos, resistência e segregação: tensões, dilemas e articulações

Tecituras do invisível: planejamento fugitivo e estudos negros como experimentações críticas

André Augusto Araújo Oliveira*

Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Paulo

✉ andreaugustoa@usp.br

Tomás Antônio Moreira

Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Paulo

* Autor correspondente

Resumo: O presente trabalho desenvolve uma reflexão acadêmico-crítica sobre a produção socioespacial da invisibilidade urbana, considerando o entrelaçamento entre racismo estrutural, desigualdade social e planejamento urbano como elementos estruturantes das cidades brasileiras. Fundamentado nos conceitos de planejamento fugitivo e nos estudos negros, o estudo analisa como a urbanização nacional se constrói historicamente a partir de ausências, exclusões e silenciamentos que incidem, sobretudo, sobre corpos e territórios negros e periféricos. Argumenta-se que tal invisibilidade não constitui um fenômeno espontâneo, mas sim uma tecnologia de poder, operando como instrumento de controle nas políticas públicas e nos discursos hegemônicos de modernização. Em contraponto a essa lógica, identificam-se práticas cotidianas e coletivas de resistência que emergem nas margens urbanas, configurando o que se denomina tecituras do invisível – modos de habitar, cuidar e existir que expressam potências de presença e novas formas de produção do espaço. Com base nas contribuições teóricas de Santos, Mbembe, Gonzalez, Carneiro e Lefebvre, o estudo evidencia como o urbanismo dominante opera como mecanismo de regulação e exclusão, determinando quem tem o direito de existir no espaço público. Nesse sentido, o planejamento fugitivo é apresentado como prática de invenção e liberdade, capaz de instituir territorialidades afetivas e rotas de fuga que desafiam as racionalidades técnicas e mercantis do planejamento urbano tradicional. A análise conclui que a justiça urbana ultrapassa a reconfiguração técnica dos espaços, implicando o reconhecimento das presenças negras e periféricas como agentes de produção de conhecimento, estética e política. Defende-se, por fim, a construção de uma cidade insurgente, inclusiva e humanizada, que se refaz a partir das margens e afirma o direito à existência e à visibilidade.



Palavras-chave: invisibilidade urbana; planejamento fugitivo; estudos negros; resistência; justiça urbana; cidade insurgente.



\\ LT6: Movimentos sociais urbanos, resistência e segregação: tensões, dilemas e articulações

Decolonizing the center: São Paulo's occupations as insurgent planning praxis

Gisele Scheunemann*

Technische Universität Dortmund

✉ gisele.scheunemann@tu-dortmund.de

* Autor correspondente

Resumo: Brazil is a country where the production of the built environment reveals the parallel movement of modernization and 'the development of backwardness'. Thus, citizens often find in the informal market and peripheral parts of the city – commonly referred to as 'favelas' – their only viable housing option, a product of a system based on developmentalism that stimulates inequality under a discourse of supposed universality and inclusivity. The country is also home to popular movements and grassroots forces that continue to organize, resist, and push back. Social movements such as the MTST (Homeless Workers' Movement) have tirelessly occupied vacant buildings and plots in São Paulo, as those found themselves not complying with their obligation to fulfill a social function, and have transformed them into community housing solutions. Their work and propositions are a guiding force in this investigation, as I consider it a form of praxis of 'insurgent planning'. It is defined as "counter-hegemonic, transgressive and imaginative", challenging dominant norms by centering historical memory and fostering transnational consciousness (Miraftab). The legal and institutional recognition of citizens' rights in Brazil contrasts with the everyday urban reality of denied rights. While political citizenship and abstract formal rights have expanded, they coexist with deepening economic subjugation, the withdrawal of public responsibility for essential services, and the gradual deterioration of livelihoods. Informed by the political demands of grassroots movements advocating for the 'right to the city' and the pursuit of 'spatial justice' (Soja), this work aims to create stronger links between critical theory and transformative practice. Through the lens of the 'coloniality of power' (Quijano), I argue that these insurgent planning practices in the center of São Paulo enhance a notion of right to the city (Lefebvre and Harvey) and other fundamental rights of marginalized populations, which inverts the logic systemically and historically employed by executive powers.

Palavras-chave: insurgent planning; decolonization; social movements; right to the city; spatial justice; São Paulo



\\ LT6: Movimentos sociais urbanos, resistência e segregação: tensões, dilemas e articulações

Resistência por vir: narrativas de terreiros como espaços segregados

Júlio Cezar Santos Gomes*

Universidade Vale do Rio Doce

✉ julio.gomes@univale.br

Edmarcius Carvalho Novaes

Universidade Vale do Rio Doce

Bernardo Gomes Barbosa Nogueira

Universidade Vale do Rio Doce

* Autor correspondente

Resumo: Os saberes afrodiáspóricos são necessários, pois há uma luta no campo educacional, em práticas de pesquisas e extensão, que visam o ensino e estudo da história africana, cultura e suas filosofias no Brasil. Este resumo visa apresentar os terreiros no território de Governador Valadares como espaço de resistência, pois os cultos, os saberes e as vozes presentes nas narrativas desses espaços sofrem uma perseguição histórica, para aniquilar sua cultura. Trata-se de uma revisão bibliográfica, a partir de Luiz Antônio Simas e Luiz Rufino (2018), Odé Kileuy e Vera de Oxaguã (2015), Ademir Barbosa Júnior (2014), como preparação para pesquisa de campo a ser realizada em terreiros da referida cidade mineira, em pesquisa financiada pela FPF/UNIVALE e FAPEMIG. Como resultados iniciais há a necessidade de validar e disseminar o conhecimento ancestral para potencializar esse espaço de aquilombamento, tecendo novas tramas de saberes perante a errônea homogeneidade instaurada pela catequização na história brasileira, perpassada por uma construção carregada de racismo, diversas violências e demonização de narrativas daqueles que, traficados, chegaram neste país. Nota-se que muitos terreiros da região ainda não podem ser endereçados diretamente, devido a perseguição e degradação, o que fomenta segregação e impedimento da liberdade de suas práticas. Entretanto, além de espaço de culto, estes territórios trazem consigo uma forma de resistência à catequização imposta, se articulando para vir a existir uma nova possibilidade de futuro. Conclui-se pela necessidade de tratar os conhecimentos desses espaços como saberes originários e ancestrais, a serem aprendidos no contexto educacional. Trata-se de uma discussão que ultrapassa o campo religioso, por ser interdisciplinar, de cunho linguísti-



cos, políticos, sociais e territoriais. Compreende-se que corpos negros em terreiros como seres biopsicossociais, que precisam ser conhecidos de forma integral em seus modos de vida, e que se movimentam no sentido de resistir para experimentem um bem viver.

Palavras-chave: narrativas; resistência; terreiros; Governador Valadares.



\\ LT6: Movimentos sociais urbanos, resistência e segregação: tensões, dilemas e articulações

O espaço como instrumento político: o papel dos movimentos sociais na construção do espaço urbano no Brasil

Bruna Andrade Magalhães Teixeira*

Gestual FA.Ulisa – Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa

✉ brunaamt15@gmail.com

* Autor correspondente

Resumo: À luz do crescimento persistente da crise urbana, até então intocada pelas diferentes políticas públicas implementadas no último século, este artigo propõe uma reflexão sobre o papel dos movimentos sociais na estruturação da paisagem urbana no Brasil por meio da construção de conjuntos habitacionais e como a arquitetura pode ser utilizada como ferramenta para potencializar tanto práticas revolucionárias que visam a reconquista da cidade pela população, quanto para aprofundar a segregação socioespacial. Para isso, a pesquisa combina estratégias empíricas com a análise espacial de dois estudos de caso – COPROMO e Mutirões Florestan Fernandes e José Maria Amaral – sob a ótica da teoria da Produção do Espaço de Lefebvre, bem como da espoliação urbana e do direito à cidade, para compreender como ela influencia a produção do espaço urbano em conjuntos habitacionais e como estes, por outro lado, influenciam a vida nas cidades. Assim, o objetivo é demonstrar como as práticas sociais podem instrumentalizar a produção da arquitetura e do ambiente construído como ferramentas revolucionárias e como, quando o contexto urbano é ignorado, essas mesmas ferramentas também podem se tornar agentes que propagam a segregação e a fragmentação do tecido urbano. Por fim, faz-se um apelo à delimitação de um conjunto de práticas que possam reforçar o carácter revolucionário das políticas habitacionais lideradas por movimentos sociais para a produção de espaço diferencial.

Palavras-chave: produção do espaço; movimentos sociais; conjuntos habitacionais; assistência técnica; crise urbana.



LT6: Movimentos sociais urbanos, resistência e segregação: tensões, dilemas e articulações

Reterritorialização no desastre provocado pela Braskem em Maceió-BR: contrastes no bairro do petrópolis enquanto um destino da população

Gustavo Figueiredo Lima*

Universidade Federal de Pernambuco

✉ gustavo.figueiredol@ufpe.br

Caroline Gonçalves dos Santos

Universidade Federal de Alagoas

* Autor correspondente

Resumo: Esse trabalho aborda a reterritorialização no desastre provocado pela mineração da petroquímica Braskem em Maceió, capital do estado brasileiro de Alagoas com mais de 1,3 milhões de habitantes em sua Região Metropolitana, que provoca um afundamento do solo deflagrado em 2018. Desde então, ocorre o esvaziamento de uma área urbana com cerca 270 hectares, além da desativação de equipamentos urbanos, comércio, serviços e interrupção de parte do sistema viário e o deslocamento forçado de cerca de 60 mil pessoas. Diante disso, constrói-se uma perspectiva teórica-metodológica para apreender os aspectos da reterritorialização nos destinos da população deslocada. Para isso, realizou-se revisão de literatura sobre território, desterritorialização e reterritorialização a fim de compreender o desastre como uma dimensão que causa desequilíbrio na apropriação sobre os territórios. Em seguida, breve caracterização socioespacial do Petrópolis e aplicação de entrevistas semiestruturadas com a população que se mudou para o bairro após sair da área de desocupação. A escolha do bairro como estudo de caso o considera entre o que mais receberam a população deslocada, assim como suas condições já consolidadas: baixa conexão viária, oferta insuficiente de transporte público e grandes áreas ocupadas por condomínios fechados e poços de exploração de petróleo; fatores que contribuem para a fragmentação socioespacial intrabairro. Os resultados demonstram que as condições pré-existent no bairro condicionaram a localização da população à determinação dada pelas limitações dos valores pagos pela compensação financeira pelos imóveis. Verifica-se que a escolha do local de destino refletiu na integração ou não dessa população com a cidade, implicando no cerceamento dos laços de vizinhança, relações de trabalho e impactos nas condições de mobilidade. Esse estudo, pode contribuir discutindo que a reterritorialização apreendida em um



recorte específico, entendido e caracterizado criticamente, evidencia a dimensão da produção do espaço urbano envolvida, desvelando processos de fragmentação e/ou segregação associados.

Palavras-chave: deslocamentos forçados; desastre; segregação.



\\ LT6: Movimentos sociais urbanos, resistência e segregação: tensões, dilemas e articulações

Pixação contemporânea: hibridização e profanação das/nas cidades

Maurício Brugnaro Júnior*

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas

✉ mauriciojrmaumau@gmail.com

* Autor correspondente

Resumo: A apresentação propõe compreender o movimento social urbano da pixação composto por meio de processos de hibridizações culturais e profanações da urbe que requerem tecnologias e epistemologias próprias de seus agentes coletivos. Possuindo as cidades como espaços privilegiados de disputa, o movimento envolve a articulação dos pixadores em grupos (grifes) que demarcam, no mínimo, dois níveis de disputas: 1) confronto com a desigualdade e segregação estruturais nas relações corpo-território com construções urbano-arquitetônicas; 2) confronto entre os grupos, disputando pontos e a locomoção pela cidade. O movimento pixo, com ênfase na cidade de São Paulo, Brasil, não é homogêneo, mas pode se configurar como um movimento amplo com sentido majoritariamente definido, no qual encontram-se corporizações e materialidade nas micro-histórias de algumas figuras, alguns despontando como intelectuais orgânicos do movimento. No entanto, não há uma demanda típica dos movimentos sociais, pois a identidade dos pixadores, quase sempre, é mantida anônima, uma vez que tal prática figura no código penal e possui punições específicas nos municípios brasileiros. O estudo inova ao apresentar a aparente ocorrência de uma produção cultural híbrida, na qual carrega elementos e métodos de atuação anteriores, mas também surpreende em algumas estratégias, como as ocupações identitárias nas escaladas, essa uma categoria de pixação inovadora na cena do pixo que requer técnicas corporais específicas. Assim, o movimento pixo se configura como algo único e composto por diversas correntes e propósitos, no qual os caminhos também são diversos por meio de intervenção prática de micro-resistências em relação a segregação sócio-histórica urbana.

Palavras-chave: pixação; profanação; micro-resistência; corpo-território.



\\ LT6: Movimentos sociais urbanos, resistência e segregação: tensões, dilemas e articulações

Resistência da comunidade tradicional Samaúma (Amapá, Brasil) à segregação de sua identidade territorial e integração urbana

Nubia Caramello*

Departamento de Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Inovação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá / Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Coimbra
✉ nubia.caramello@ifap.edu.br

Lúcio Cunha

Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Coimbra

Irene Carniatto

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual do Oeste Universidade do Paraná

Norberto Santos

Departamento de Turismo, Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Coimbra

* Autor correspondente

Resumo: A comunidade tradicional Samaúma, localizada no município de Laranjal do Jari no estado do Amapá – Brasil, resiste há mais de três décadas para preservar sua identidade, sem prescindir de seus direitos à infraestrutura básica. Localizada na margem esquerda do Rio Jari, seus moradores vivem da pesca, prestação de serviços e mais recentemente do turismo gastronômico. O presente estudo teve como objetivo identificar a infraestrutura existente, as tensões vividas e as articulações sociais da comunidade diante da possibilidade de ser integrada no bairro Malvinas, levantando duas questões analíticas centrais: o pertencimento ao lugar e o comprometimento da identidade territorial. A pesquisa foi conduzida através de entrevistas semiestruturadas, aplicadas em 17 das 42 residências na comunidade. Os resultados revelam que a comunidade resiste à segregação de direitos, reivindicando melhorias no acesso a infraestruturas e equipamentos públicos, como estradas, implantação de posto de saúde e manutenção da escola local. Ainda assim, reconhecem avanços como a implantação de água encanada e a substituição das antigas passarelas de madeira, suspensas por palafitas, por vias de concreto. Do ponto de vista socioambiental, trata-se de uma comunidade vulnerável, frequentemente impactada pela elevação do nível das águas num contexto social em que 52% dos respondentes possuem renda inferior a



um salário-mínimo. A identidade dos moradores está fortemente ligada ao Rio Jari: 87% se autodeclararam ribeirinhos, enquanto os demais se identificam como pescadores, cuja produção abastece os restaurantes turísticos da própria comunidade. Para 53% dos entrevistados o Samaúma é, de facto, uma comunidade tradicional. Já entre aqueles que a consideram um bairro, as justificativas mais recorrentes foram: “[...] por falta de união”, “[...] porque está próximo da cidade”. Todavia, quando questionados sobre a possível integração da comunidade ao bairro urbano Malvinas, 76% manifestaram-se contrários. Diante do exposto, recomenda-se que os gestores públicos realizem consultas prévias às comunidades locais antes de efetuar qualquer alteração na nomenclatura ou no *status* territorial da mesma.

Palavras-chave: território fluvial; Amazônia oriental; turismo; Laranjal do Jari.



Participação, reivindicação e segregação urbana em Lisboa e São Paulo

Henriques Chaves Costa*

Governança, Competitividade e Políticas Públicas, Universidade de Aveiro / Centro de Estudos da Metrópole, Universidade de São Paulo / Centro de Investigação e Estudos da Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa

✉ henrique.chaves@ua.pt

* Autor correspondente

Resumo: Esta comunicação propõe refletir sobre mobilizações de base local em territórios periféricos de Marvila (Lisboa, Portugal) e Jardim Lapenna (São Paulo, Brasil), analisando as suas formas de organização, agendas reivindicativas e estratégias de interlocução com o poder público. O objetivo é compreender como estas iniciativas lutam por transformações urbanas e contribuem para uma construção mais coletiva e inclusiva da cidade. A pesquisa parte da questão "poderá o bairro salvar a cidade?" (Moulaert et al., 2010) e inspira-se nos desafios metodológicos da ciência pós-disciplinar (Moulaert, 2010) e da investigação-ação (Tripp, 2005). O trabalho de campo fundamentou-se em etnografia, entrevistas e análise estatística dos territórios, desenvolvido em colaboração com movimentos locais e moradores. A segregação socioespacial manifesta-se em deslocações mais longas, menor oferta de transportes públicos, escassa infraestrutura para mobilidade ativa e maior exposição a riscos ambientais. Ao situar as mobilizações neste cenário de desigualdades urbanas, discute-se como as lutas por mobilidade ativa, acessibilidade e espaços verdes podem ser lidas como reivindicações pelo direito à cidade e por maior justiça socioespacial. As dinâmicas observadas revelam práticas participativas orientadas pela horizontalidade, representatividade e coprodução, apoiadas por organizações não governamentais e entidades locais. Estes movimentos sociais urbanos, nomeadamente o Grupo Comunitário do 4.º Crescente (Lisboa) e o Plano de Bairro do Jardim Lapenna (São Paulo), combinam ação reivindicativa, produção de conhecimento situado e experimentação de democracia participativa. Em Lisboa, os resultados incluem um novo parque urbano. Em São Paulo, intervenções estruturais melhoraram pedonalidade e acessibilidade. A comunicação discute as potencialidades e limites destas mobilizações na transformação do espaço urbano, destacando aprendizagens para participação cidadã, governança territorial e agendas de justiça urbana.



Palavras-chave: direito à cidade; justiça urbana; mobilidade ativa; mobilizações locais; segregação socioespacial.

